

**DÉBORA DE SOUZA BUENO MOSQUEIRA**

**“O ESPELHO ESTÁ PARTIDO EM MIL PRISMAS QUE  
TEIMAM EM NÃO SE ENCAIXAR”:  
AS MÚLTIPLAS FACES FEMINISTAS NAS PÁGINAS DO  
*MULHERIO* (1981-1987)**

**DOURADOS – 2016**

**DÉBORA DE SOUZA BUENO MOSQUEIRA**

**“O ESPELHO ESTÁ PARTIDO EM MIL PRISMAS QUE  
TEIMAM EM NÃO SE ENCAIXAR”:  
AS MÚLTIPLAS FACES FEMINISTAS NAS PÁGINAS DO  
*MULHERIO* (1981-1987)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Losandro Antonio Tedeschi**

**DOURADOS – 2016**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

M912" Mosqueira, Debora De Souza Bueno

"O espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar": as múltiplas faces feministas nas páginas do Mulherio (1981-1987) / Debora De Souza Bueno Mosqueira -- Dourados: UFGD, 2016.

100f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Losandro Antonio Tedeschi

Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Mulherio. 2. Imprensa Feminista. 3. Representações. 4. Discursos. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

A minha Mãe Pedroza Augusta  
que criou dois filhos em tempos difíceis!

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe Pedroza Augusta, que desde cedo acolheu e apoiou meus sonhos, objetivos e lutas!

Ao meu irmão Denner, obrigada pela força e compreensão durante meus momentos de ausência.

Ao meu pai Arcy que me ensinou a viver a vida de forma honesta e digna!

Ao meu orientador Losandro, gratidão pelo conhecimento compartilhado, dedicação, disponibilidade e paciência com que sempre me tratou!

À minha grande família douradense, Marina, Aureo e Mariana, obrigada por serem a casa para a qual sempre posso voltar!

Ao meu eterno professor Miguel Rodrigues, obrigada por contribuir para a minha trajetória pessoal e profissional!

Ao meu irmão de coração e fé, Luiz Ricardo, a distância não significa esquecimento!

A minha amiga linda e empoderada, Ana Paula Squinelo, “gracias” pela amizade sincera!

Agradeço ao meu eterno e fiel companheiro de luta, Flávio Brito!

Aos amigos do “quarteto fantástico”: Jéssica Tropaldi, Nelson Lima e Claudomiro Morales, obrigada pelas discussões, cafés e cervejas durante estes tempos de pesquisa!

Aos professores e professoras do curso de História do campus de Aquidauana-MS, que de alguma forma contribuíram para minha formação intelectual.

Aos queridos amigos e amigas, Fernanda Borges, Felipe Vedovoto, Vinicius Ayala, Cafola e Divino.

À Capes, que financiou esta pesquisa.

“Quebrei a cara e me liberei do resto dessa vida  
Na avenida dura até o fim  
Mulher do fim do mundo  
Eu sou e vou até o fim cantar.”

(Elza Soares – *A Mulher do Fim do Mundo*)

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo, analisar a disseminação dos discursos sobre as mulheres no jornal *Mulherio*, que circulou no Brasil nos anos de 1981 até 1987. Considerada uma publicação voltada ao público feminino, o Conselho Editorial do *Mulherio* desejava publicizar e discutir as reivindicações ligadas ao trabalho, à saúde feminina e à igualdade de direitos entre os sexos, assuntos muitas vezes relegados ao ambiente privado. Inicialmente, o *Mulherio* seria um boletim informativo que circularia entre os núcleos de pesquisa com temáticas femininas estabelecidos em várias regiões do Brasil, que deveriam incluir na estrutura do jornal o resultado de suas análises. Caracterizado como um periódico da segunda geração da imprensa feminista, o *Mulherio* abordou, em suas páginas o reconhecimento das diferenças entre as próprias mulheres e dessas com os homens. A pesquisa é, portanto uma tentativa de reflexão das representações femininas juntamente com suas lutas por políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Mulherio*; Imprensa feminista; Representações; Discurso

## ABSTRACT

This dissertation has for objective, to analyze the spread of the speeches on the women in the newspaper *Mulherio*, that circulated in Brazil in the years of 1981 to 1987. Considered a publication returned to the feminine public, Conselho Editorial of the *Mulherio* wanted publicizar and to discuss the linked claims to the work, to the feminine health and the equality of rights among the sexes, subjects many times relegated to the private atmosphere. Initially, the *Mulherio* would serialize an informative bulletin that would circulate among the research nuclei with feminine themes established in several areas of Brazil, that should include in the structure of the newspaper the result of their analyses. Characterized as a newspaper of the second generation of the feminist press, the *Mulherio* approached, in their pages the recognition of the of the differences among the own women and of those with the men. The research is, therefore an attempt of reflection of the feminine representations together with their fights for public politics.

**KEY WORDS:** *Mulherio*; Presses feminist; Representations; Speech



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Julgamento de Doca Street em 1981/ <i>Mulherio</i> , n.6, 1982.....	33
<b>Figura 2</b> – Capa Revista <i>Veja</i> .....	34
<b>Figura 3</b> – Capa do jornal <i>Mulherio</i> , n. 27, 1987.....	36
<b>Figura 4</b> – Reportagem do jornal <i>Mulherio</i> , n. 27, 1987.....	37
<b>Figura 5</b> – Edição n.1 do jornal <i>Brasil Mulher</i> de 1975.....	49
<b>Figura 6</b> – Edição n.1 do jornal <i>Nós Mulheres</i> de 1976.....	54
<b>Figura 7</b> – Divulgação dos demais periódicos da imprensa alternativa realizada pelo jornal <i>Nós Mulheres</i> , n.3 de 1977.....	55
<b>Figura 8</b> – Capa da edição n.1 de 1981 do jornal <i>Mulherio</i> .....	73
<b>Figura 9</b> – Capa da edição n. 2 de 1981.....	75
<b>Figura 10</b> – Charge de Henfil, edição n.5 de 1982.....	78
<b>Figura 11</b> – Capa <i>Mulherio</i> , edição n.28 de 1987.....	84
<b>Figura 12</b> – Capa <i>Mulherio</i> , ed. n.4, novembro/dezembro de 1981.....	86
<b>Figura 13</b> – <i>Mulherio</i> /Capa da edição n.5 de 1982.....	88
<b>Figura 14</b> – Nova equipe editorial do <i>Mulherio</i> , n.16, 1984.....	90

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	08
INTRODUÇÃO .....	10
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>Os FEMINISMOS NO BRASIL: “DOS ANOS DE PERIGO À INSTITUCIONALIZAÇÃO” .....</b>	<b>16</b>
1.1 “O PESSOAL É POLÍTICO”: FEMINISMOS NO BRASIL .....	22
1.2 O ANO INTERNACIONAL DA MULHER NO BRASIL .....	30
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>ESCRITAS FEMINISTAS: “QUEM SOMOS?” .....</b>	<b>41</b>
2.1. O <i>BRASIL MULHER</i> (1978-1980): JORNALISMO NA PERSPECTIVA FEMINISTA .....	46
2.2. O <i>NÓS MULHERES</i> (1976-1978) E AS LUTAS BRASILEIRAS .....	51
2.3 AS AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO E OS SEUS INTERESSES PELAS PESQUISAS SOBRE AS MULHERES .....	58
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b><i>MULHERIO</i>: “UMA GRANDE PORÇÃO DE MULHERES” .....</b>	<b>67</b>
3.1. <i>MULHERIO</i> (1981-1987) TOMA CORPO E FORMA.....	69
3.1.1 PLURALIDADES E ANTAGONISMOS PRESENTES NAS PÁGINAS DO <i>MULHERIO</i> .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>BIBLIOGRAFIA E FONTES .....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma pesquisa como essa perpassa algumas finalidades, entre elas a própria inquietação pessoal da pesquisadora/o. Por isso, peço licença aos leitores/as para escrever algumas linhas sobre minha trajetória pelo universo dos estudos de gênero. Não escolhemos nossas lutas, mas sim são elas que nos escolhem, meu interesse pela atuação feminina ocorreu após a leitura do livro *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros* (1998), de Michelle Perrot. O encantamento pela forma com a qual a autora consegue romper com o silêncio que cerca estes sujeitos históricos, dando visibilidade a atuação de alguns grupos de mulheres nas cidades no século XIX me instigou a querer conhecer sobre as esferas públicas e privadas impostas para elas. Comecei, então, uma pesquisa para a conclusão do curso de História relacionada às representações femininas no *Lampião da Esquina* (1978-1981)<sup>1</sup>.

Contudo, depois das análises desta tentativa das mulheres de conquistarem um espaço de visibilidade para divulgar suas lutas e reivindicações, foi identificada uma ausência na efetivação da proposta, que resultou na saída das colaboradoras do periódico, desvinculadas do *Lampião da Esquina* criaram suas próprias publicações, como é o caso do jornal *Mulherio* (1981-1987), fonte de pesquisa dessa dissertação.

Em um primeiro momento, foi necessário compreender a contribuição da História das Mulheres para o campo historiográfico, possibilitando-nos o entendimento das identidades que hoje compartilhamos, e que estas são frutos de uma construção histórica. Esse silêncio, que segundo Perrot (1998), invisibilizou as mulheres, não se restringiu somente à historiografia, na verdade, ele também esteve presente no seu cotidiano, uma vez que o acesso à fala pública e atuação política se encontrava, em muitos sentidos, restritos. Haja vista que, no século XIX, quando a disciplina histórica torna-se científica, sua narrativa esteve centrada na esfera pública e nas ações políticas dos homens.

---

<sup>1</sup> *Lampião da Esquina* (1978-1981) foi a primeira publicação voltada ao público gay de circulação nacional, que desejava a “saída do gueto dos grupos discriminados”, propondo, desde a sua primeira edição, a participação das mulheres no jornal. Não cabe nessa pesquisa discutir sobre os resultados da participação feminina nas páginas do jornal.

A constituição da narrativa histórica sobre as mulheres percorreu toda uma reflexão teórica articulada com os movimentos feministas em diferentes espaços e temporalidades, empenhando-se em desconstruir essa naturalização do feminino que é utilizada de forma incorreta: como a complementação das diferenciações sexuais do “outro”, ou seja, o masculino.

O sujeito dos feminismos é assim múltiplo e se desloca de um grupo definido e do indivíduo singular, pois, produz-se em um movimento complexo e dinâmico, na análise das engrenagens de constituição do corpo/sujeito/sexo, na experiência das práticas sociais generalizadas – enquanto mulher – e na crítica ao quadro epistemológico no qual se insere seu próprio discurso.<sup>2</sup>

Portanto, os sujeitos femininos são reconhecidos como múltiplos, produzindo, assim, diversas representações sociais para demonstrar suas posições perante os lugares sociais, econômicos ou políticos que ocupam. Mas, qual é a relevância para desenvolver uma pesquisa com a finalidade de visibilizar os discursos produzidos pelas mulheres nos espaços públicos, especialmente o da imprensa alternativa feminista da década de 1980?

Partindo da hipótese de que esse período representou a consolidação dos movimentos feministas no Brasil e sua institucionalização, vinculamos a efetivação de suas ações às agências fomentadoras, com as quais estabeleceram dependência financeira para o desenvolvimento de seus projetos.

Com o Ano Internacional da Mulher, estabelecido em 1975, as feministas, bem como outros movimentos sociais já organizados em algumas ações de resistência exercidas através dos clubes de mães, associações de bairros, grupos de reflexão, jornais alternativos, atuantes em meio ao regime militar, tomaram folêgo. Segundo Ana Maria Colling (1997),

O período militar brasileiro pode ser dividido em três fases distintas: a primeira, que vai do golpe de 1964 à instituição do Ato Institucional nº5 em 1968; a segunda, que corresponde ao período de maior política e repressão de

---

<sup>2</sup> SWAIN, Tania Navarro. *Quem tem medo de Foucault?* Feminismo, Corpo e Sexualidade. In. PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo. *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p.141.

1968 a 1974; e a terceira, que corresponde ao processo de abertura política, de 1974 à revogação do AI-5, em dezembro de 1978.<sup>3</sup>

É nessa terceira, e última fase, do regime militar que os movimentos feministas se consolidam no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, constituindo-se como força política organizada que buscou influenciar na implantação de políticas públicas de cunho social por parte do Estado. Conforme Cynthia Sarti (2004), além do espaço público, as ideias feministas se espalharam na esfera do privado, promovendo mudanças significativas na sociedade brasileira, ao serem refletidas por meio das universidades, núcleos de pesquisas, enfim, em diversos grupos autônomos que lutavam pela implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres<sup>4</sup>.

Com a publicização das questões relativas ao corpo, sexualidade e a saúde – antes considerados temas da esfera privada – surgiu a necessidade da utilização de expressões diferenciadas, que permitissem enunciar e questionar essas problemáticas. Conforme Margareth Rago (2005), “nesse momento de crítica acentuada à racionalidade ocidental masculina, já não mais definida apenas como burguesa, partiu-se para a afirmação do universo cultural feminino, todas as dimensões possíveis”<sup>5</sup>, apontando para a emergência de uma linguagem especificamente feminina, englobando as problematizações e conceitualizações, tornando capaz de aprender por meio das diferenças.

Por vários lados, as feministas passavam a feminizar-se valorizando a linguagem feminina, os atributos e os temas femininos, o que significava mais do que um simples retorno aos seus valores próprios, um alargamento do campo conceitual, através do qual teciam suas críticas à sociedade patriarcal capitalista, revelando suas armadilhas e limitações. Mais do que nunca, passaram a pensar em si mesmas sob uma ótica própria, dando visibilidade ao que antes fora escondido e recusando, o que inevitavelmente levou a uma radicalização da potencialidade transformadora da cultura feminista em contato com o mundo masculino.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 22-23.

<sup>4</sup> SARTI, Cynthia. A. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas, v. 2, n. 12, p. 35-50, mai-ago.2004.

<sup>5</sup> RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. Revista Labrys, Estudos Feministas, n.3, janeiro/julho, 2005, p.05.

<sup>6</sup> Idem.

Segundo Margareth Rago (2005), o universo feminino deveria ser incorporado à esfera pública de forma renovada, buscando uma democratização desse espaço, alargando assim a linguagem conceitual do feminismo e permitindo, sobretudo, críticas mais aprofundadas e diversificadas à sociedade.

O jornal *Mulherio* (1981-1987), utilizado como fonte para essa pesquisa, chama nossa atenção por sua abrangência no território nacional, não se restringindo ao eixo Rio-São Paulo. Por ser considerada uma publicação prolífica – caso raro nas publicações alternativas –, circulando de março de 1981 a julho de 1988, com tiragem mais expressiva, em torno de 12 mil exemplares mensais. Demarcou um segundo momento da imprensa feminista, que saiu da articulação do movimento social das ruas para uma perspectiva mais institucional, catalisada em ONG's e universidades.<sup>7</sup>

Compreendo que o *Mulherio* é um jornal produto de seu tempo e, por isso, exerce o papel de divulgador dos serviços prestados por diversos grupos feministas na área de auxílio à mulher, como o SOS Corpo<sup>8</sup>, em Recife e o Conselho da Mulher<sup>9</sup>.

O trabalho de sistematização e catalogação do periódico sugerido nessa pesquisa foi o primeiro passo a ser realizado, para que levemos em consideração seus conteúdos, seus idealizadores, quais eram suas intenções e necessidades de lucro.

A fim de que o material, composto por 40 edições, fosse observado de maneira detalhada, inicialmente, elaborei uma ficha de catalogação contendo as seguintes informações: ano, mês, número da edição e número de páginas. Em seguida, foram criadas 05 colunas, compostas dos seguintes títulos: partes (subdivididas em Capa, Conselho Editorial, Redação, Artigo de Fundo, Notas, Pesquisas, Divulgação de Atividades e Cultura); descrição; página; palavras-chaves e autoria.

Em todos os seus números, o jornal apresentou uma diagramação bem caracterizada, com capas e matérias altamente elaboradas. Em alguns casos, com fontes

---

<sup>7</sup> Ver mais em MATOS, Maria Izilda Santos de. *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

<sup>8</sup> O SOS CORPO é um instituto feminista para democracia, autônomo, e sem fins lucrativos. Foi fundado em 1981, mantendo sua sede na cidade do Recife–Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Visa a emancipação das mulheres, propondo-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental. Para maiores informações: <http://soscorpo.org/quem-somos/>.

<sup>9</sup> O Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM) criado em 1985, foi o resultado de uma mobilização que começou com a Campanha das Diretas Já. Teve uma curta vida como órgão de articulação das demandas do movimento feminista e de mulheres em geral. Sua atuação estendeu-se de 1985 aa 1989. In. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 72-73.

pequenas, divididas sempre em colunas para maior aproveitamento do espaço oferecido em suas 23 páginas. A linguagem era bastante acessível, recheada com humor e imagens para demonstrar seu ponto de vista. Por se tratar de um jornal de periodicidade bimestral, isentou-se da apresentação de notícias factuais, acontecimentos diários, etc. Propondo assim mais reflexividade para suas leitoras, através de artigos de opinião.

Reconhecemos que há duas perspectivas em que podemos observar a presença das mulheres na mídia: a primeira é quando elas assumem a posição de produtoras de conteúdo, o comando de um jornal é um deles; já a segunda é quando elas são tematizadas pela mídia, como imagens para publicidade, tornando-as o assunto das notícias.

Ao analisar o jornal *Mulherio* como um todo, considerando o diálogo proposto entre texto e imagem, podemos perceber a presença de temas ligados à estética, aos cuidados de si, o corpo, sem especificamente aderirem aos ideais de beleza veiculados na mídia. Pois, como afirma Adélia Borges (uma das editoras do *Mulherio*), quando apresentadas pelos meios de comunicação social, a figura das mulheres sempre são compostas “como bonecas sem cabeça, ou cabeças sem corpo, ou sexo sem rosto”. A autora ainda nos lança um questionamento “mas, alguma mulher pode se ver refletida neste espelho?”<sup>10</sup>

E a partir da resposta para esta problemática que surge a ideia do título da pesquisa: “o espelho está partido em mil prismas que teimam em não se encaixar”. E nem juntando todos os cacos dá para se chegar a um todo, pois faltam elos importantes, o da maternidade, da sexualidade, do mundos do trabalho... Todas as tentativas de ser um espelho fiel, que retrate mulheres reais, inteiras, com todas suas contradições, conquistas e desejos, assim pode ser definido o jornal *Mulherio*.

Para fins de organização, dividimos o trabalho em três capítulos: o primeiro capítulo “*Os Feminismos no Brasil: dos anos de perigo à institucionalização*” apresenta algumas ações dos movimentos feministas no Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980. Procurei analisar as questões vividas pelas mulheres, a influência das leituras feministas e suas reivindicações no cotidiano de alguns espaços, como o dos meios de comunicação impresso. No segundo capítulo “*Escritas feministas: ‘quem somos?’*”, analisamos como

---

<sup>10</sup> BORGES, Adélia. *Mulherio, um jornal feminista*. In.: *Revista Comunicação & Sociedade*. Cortez Editora, Ano IV, n.8, novembro de 1982.

por meio da imprensa alternativa, esses grupos encontraram formas de divulgar suas ideias, questionamentos, demonstrando também sua resistência a ditadura militar . Para tanto, utilizamos dois jornais produzidos no período: o *Brasil Mulher* (1978-1980) e o *Nós Mulheres* (1976-1978). Seus discursos e estruturação com o processo de transformação política da redemocratização, são relevantes para nossa pesquisa. Já o interesse das agências financiadoras são importantes para a compreensão do terceiro capítulo “*Mulherio: “uma grande porção de mulheres”*”, destacaremos a atuação do periódico *Mulherio* (1981-1987) como espaço de vivência das mulheres, suas lutas por políticas públicas e as representações femininas presentes nas suas páginas.



## CAPÍTULO I

### OS FEMINISMOS NO BRASIL: DOS ANOS DE PERIGO À INSTITUCIONALIZAÇÃO

“O dia seguinte era um belo domingo e até começou bem.  
A reflexão sobre feminismo/política/partidos nos permitiu refazer os  
caminhos percorridos.  
Começar o balanço da década.”  
(Elizabeth Souza Lobo, *Mulherio*, 1985, n.21)

A história dos movimentos feministas no Brasil promoveu várias mudanças no sentido social, político e intelectual, desde sua expansão, com o *sufragismo* no final do século XIX, até a inserção dos estudos de gênero. Mas, é no final da década de 1960 e, sobretudo, a partir de 1975 que o feminismo ganha força, quando é instituído pela Organizações das Nações Unidas (ONU) a Década da Mulher.

Deve ser destacada também a pluralidade dos movimentos feministas, pois, como afirma Heleieth Saffioti, “em nenhum lugar do mundo pode-se falar de feminismo no singular”, em razão das suas múltiplas definições.<sup>11</sup>

Para além, essas transformações políticas e sociais têm sido contadas de muitas maneiras e por muitas mulheres, conforme Joana Maria Pedro<sup>12</sup>, o feminismo como movimento social visível contribuiu para a expansão dos estudos sobre as mulheres, e logo em seguida, para a expansão do gênero como categoria relacional, por isso deve-se levar em consideração algumas etapas deste processo que tem vivido algumas “ondas”. Apontaremos, resumidamente, aqui algumas discussões e objetivos da “primeira” e

---

<sup>11</sup>Resumidamente, destaco alguns pontos dessas vertentes que orientaram os movimentos feministas: a Conservadora baseada na relação biológica entre homens e mulheres e que recusa as análises do contexto social, econômico, histórico e político; a Liberal que traz como fundamentos a liberdade, igualdade e fraternidade, pressupostos encontrados na obra *Mística feminina*, da norte-americana Betty Friedan, de 1970; Marxista Dogmática que utiliza da *dialética materialista* para inserir a questão feminina, de forma secundária, no âmbito da luta de classes; já o Feminismo Radical combate a “tirania” dos dogmas da família biológica, sendo contra a diferenciação sexual determinada pelo órgão genital; e, por fim o Feminismo Socialista que tenta conciliar as relações de gênero com as relações de classes sociais, por meio da análise da dialética materialista. SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

<sup>12</sup> PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

“segunda onda” dos movimentos feministas relevantes para a compreensão desta pesquisa.

Desenvolvida no final do século XIX, a *primeira onda do feminismo* possuía suas principais reivindicações pautadas nos direitos políticos, que mesclavam-se as lutas do *sufragismo*, do qual existia um anseio em estender o direito do voto das mulheres<sup>13</sup>; além das demandas que incluíam a participação em ações públicas como, por exemplo, poder trabalhar fora de casa, profissionalizar-se por meio dos estudos, entre outras.

Já a *segunda onda* iniciada em meados dos anos de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, acabou sendo impulsionada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que ocorriam nessas regiões, seja por seu ritmo acelerado de modernização ou pelo impacto dessas mudanças em suas estruturas sociais. Para Rachel Soihet,

Nos anos 60, em meio à prosperidade do pós-guerra, mas também em plena Guerra Fria, reage parte significativa da juventude contra a repressão e o controle ostensivo de que se considera refém. A desilusão com os valores do mundo capitalista, mas também com o “socialismo real”, era a marca para a qual, especialmente no Ocidente, muito contribuíram as ideias de Hebert Marcuse, cujas obras, entre elas *Eros e civilização*, tornaram-se emblemáticas. Assim toma vulto a marcha em prol de um mundo novo, de uma utopia que, iniciada nos Estados Unidos, posteriormente estorou com mais intensidade em outras partes do mundo, como a França e a Alemanha, mas que também na América Latina e na porção socialista esteve presente; Em suma, emerge a célebre rebelião contracultural dos anos 60, propondo uma série de mudanças no plano da criação literária, artística, do comportamento individual e da atuação política,<sup>14</sup>

É nesse período, entre as décadas de 1960 e 1970, que os movimentos feministas, juntamente com os demais movimentos sociais, trazem à tona questionamentos sobre a estrutura da sociedade, o modelo econômico capitalista, os costumes, os padrões da estrutura familiar, etc.

De forma geral, as feministas passaram a incorporar outras demandas em suas pautas, passando a reivindicar o direito ao corpo e ao prazer, demonstrando seu

---

<sup>13</sup> No Brasil, o voto feminino foi conquistado em 1932, com a mudança do Código Eleitoral que instituiu pelo Decreto nº 21.076, o voto secreto e o voto feminino, não sendo obrigatório para as brasileiras, a não ser para as funcionárias públicas, até 1945. Outro ponto a ser destacado, segundo Mônica Karawejczyk, é que este fato possibilitou ao Brasil se tornar “um dos países pioneiros na América Latina no que se concerne a conquista do sufrágio para as mulheres”. KARAWEJCZYK, Mônica. *Voto feminino*. In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 667-671.

<sup>14</sup>SOIHET, Rachel. *O corpo feminino como lugar de violência*. Projeto História (25), São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez, 2002, p. 284.

posicionamento contrário ao patriarcado e a necessidade da desconstrução de uma identidade universal baseada em hierarquizações biológicas de machos e fêmeas.

A publicação de algumas obras contribuiu para articulação dessas discussões, como é o caso do livro *O Segundo Sexo*, publicado pela filósofa Simone de Beauvoir em 1949. Denunciando em seus escritos as raízes culturais da desigualdade sexual, Beauvoir afirma ser necessário compreender a forma pela a mulher apreende sobre sua condição social e como ela há vivencia no universo ao qual está inserida. Sua análise destaca ainda a concepção de como “masculino” e “feminino” são criações culturais integrantes do processo social de formação das identidades de homens e mulheres. Para Giovana Dalmás e Natália Pietra Méndez (2015),

o tornar-se mulher é ali proposto por Beauvoir nas experiências vividas por homens e mulheres nas dimensões do indivíduo e da vida social que o efetivam, que o alçam à condição de real. Seja nas instituições formadoras, seja nas diversas possibilidades da vivência presente, mulheres e homens forjam-se em sua identidade individual na relação que a sua liberdade estabelece com a liberdade daqueles com quem convivem.<sup>15</sup>

As representações femininas já começam a ser constituídas a partir de restrições construídas pelos homens. Apreendemos a ser “homem” ou “mulher” aceitando essa “naturalização” das relações de poder entre os sexos. Segundo Michel Foucault (2013), essa concepção das relações de poder inviabilizam o “feminino” por meio das “práticas divisórias” que as subjetivam, “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo objetiva. Exemplo: o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’”<sup>16</sup>, todos permeados por práticas discursivas<sup>17</sup> construídas e engendradas em nossas sociedades, constituindo assim o feminino como inferior ao masculino.

---

<sup>15</sup>DALMÁS, Giovana; MÉNDEZ, Natália Pietra. *Beauvoir, Simone*. In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 67.

<sup>16</sup>FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In.: DRYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. RJ: Forens, 2005, p.273.

<sup>17</sup>O conceito de práticas discursivas é aqui atribuído a Michel Foucault, baseando-se nos elementos tanto da fabricação e ajustes dos discursos (enunciados) quanto aplicação e produção destes nas relações sociais. Determinando assim as funções e formas de comportamento de uma época. In. FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Essa invisibilidade remete a posição secundária e de subordinação imposta às mulheres, como bem demonstra Vera Lúcia Puga (2005):

Os homens são diferentes das mulheres. São machos, biologicamente constitutivos de órgãos sexuais distintos dos das mulheres, mas o que importa em nossa análise é que essencialmente são construídos, construídos culturalmente, formados para representarem os HOMENS. Os homens são aqueles que em nossa cultura são fortes, não choram, crescem, falam mais grosso, devem dominar a família, sustentá-la, serem os grandes líderes. Já as MULHERES devem representar o outro lado. A submissão, a sensibilidade, a criação dos filhos, o cuidado com a casa, a procriação. Nessa perspectiva, os estereótipos femininos e masculinos arquitetados pela sociedade ocidental cristã têm tudo a ver com os binarismos masculino X feminino, homem X homossexual, santa X prostituta, bruxa e feiticeira X ingênua e pura, doente X são;<sup>18</sup>

Este sujeito representado tem de acreditar no discurso que lhe é imposto ou atribuído, ou seja, esse papel feminino há séculos vem sendo construído por meio da lógica binária, masculino *versus* feminino, sendo legitimado pelos discursos fundadores de base religiosa, filosófica, política entre outros tantos.

Apoiadas nas argumentações teóricas de Beauvoir, essas discussões são retomadas a partir da década de 1960, com a publicação de *Mística Feminina*<sup>19</sup>, de Betty Friedan. A autora reuniu nos Estados Unidos uma série de depoimentos de mulheres pertencentes à classe média e que corresponderiam ao estereótipo ideal da “rainha do lar”.

Friedan (1971) questionou o papel tradicional da mulher na sociedade norte-americana, principalmente das casadas e, após sua análise, identificou que essa insatisfação ou “mal sem nome”, estava vinculada a prosperidade econômica do pós-guerra e da transmissão, por meio das revistas femininas do período, de uma “ideologia que se oculta sob a mistificação de ‘feminilidade’ e que propõe como realização plena da condição feminina a dedicação exclusiva à vida doméstica”.<sup>20</sup>

A leitura de *Mística Feminina*, segundo Natália P. Méndez (2015):

---

<sup>18</sup> PUGA, Vera Lúcia. *Útero e loucura: medicina e moralidade anos 1942 – 1959 – Uberlândia*. In: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Heloisa Pacheco Cardoso, Maria Clara Thomaz Machado (orgs.). Uberlândia, EDUFU, 2005, p. 265-266.

<sup>19</sup> A obra *Feminie mystique*, de 1963, teve sua tradução publicada no Brasil em 1971, pela Editora Vozes do Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Abril Cultural: Brasiliense, 1985, p.53.

chamava a atenção para a necessidade de ‘olhar para dentro’, descobrir qual o significado de um mal estar desconhecido que atingia a muitas mulheres, especialmente aquelas pertencentes à classe média, que haviam estudado e muitas vezes possuíam uma profissão.<sup>21</sup>

De tal maneira, Friedan (1971) tratou em sua obra da insatisfação feminina ao verem suas carreiras profissionais interrompidas pela vida doméstica a qual estavam submetidas. Cabe aqui ressaltar que, embora sua análise estivesse centrada nas experiências das mulheres norte-americanas, não houve empecilhos para sua repercussão em outros países, como no nosso caso, dando uma expressiva contribuição na elaboração do discurso feminista, tanto que a própria autora chegou veio ao Brasil divulgar a *Mística Feminina*.

No Brasil, Rose Marie Muraro foi a responsável pela vinda da autora em 1971, realizando uma série de encontros para promover a obra de Betty Friedan. Algumas entrevistas também foram concedidas por Friedan neste mesmo ano. Vale aqui lembrar a entrevista que o jornal *O Pasquim* (1969-1991) realizou em 22 de abril com a pesquisadora, que há todo o momento era provocada pelos integrantes do periódico com piadas em torno de sua “suposta feiúra”.

Ante a afirmação de Paulo Francis acerca do excessivo individualismo e da preocupação obsessiva de certas feministas americanas com problemas sexuais, Friedan sustenta uma oposição contrária a respeito: ‘Minha definição da mulher, primeiro como uma pessoa, significa que eu devo me sentir responsável, como americana, e preocupada, como americana, com a repercussão tanto dentro de meu país como fora, no Camboja, Vietnam, etc., no sentido de que esse país, o meu, está se tornando um poder do mal no mundo. Eu devo ter uma voz, não só no que afeta meu corpo como o aborto, etc., mas, também no que diz respeito à guerra ou à paz, o problema das cidades, a opressão dos negros – pois todos esses problemas estão relacionados. Mas e se eu não tivesse essa voz? Como tantas mulheres que não se libertaram. Então, a energia, a raiva irão alimentar e ser usadas pelos fascistas’.<sup>22</sup>

Além disso, ao ser questionado por Millôr Fernandes sobre a falta de objetivo do movimento de mulheres, Friedan responde afirmando seu compromisso por uma causa maior:

---

<sup>21</sup>MÉNDEZ, Natália Pietra. Friedan, Betty. In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 287.

<sup>22</sup>SOIHET, Rachel. *O corpo feminino como lugar de violência*. Projeto História (25), São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez, 2002, p. 286.

‘O movimento de mulher é apenas uma parte de todo de uma grande revolução humana que está acontecendo no meu país. No atual estágio dessa revolução a mulher é uma parte muito importante, mas ela não é um fim em si mesmo. É uma parte integrante da contracultura. (...) Em todo lugar, tenho falado dessa questão de libertação, não só da mulher mas também do homem...’.<sup>23</sup>

Sabemos que, como prática jornalística, *O Pasquim* utilizava-se da ironia em suas publicações, mas, nesse caso específico, como afirma Soihet (2002), o que Betty Friedan falou “pouco importou”:

Dado que o que o próprio Millôr, posteriormente, em 22 de fevereiro de 1972, frisa o seu ‘orgulho de ser considerado porco chauvinista, já que quem assim o julgou foi Betty Friedan em pessoa’ e, mais uma vez, o argumento consiste em investir contra um atributo corporal da mulher, pois, segundo o articulista citado, ‘ela em pessoa é muito mal apessoada’.<sup>24</sup>

Rachel Soihet (2002) chama a atenção, nesse episódio, para a tentativa de *O Pasquim* em caracterizar as feministas como sendo perigosas, feias, frígidas, etc.; A autora identifica nessas insinuações uma “modalidade de violência contra as mulheres”. Tais representações estariam se contrapondo ao ideal feminino (beleza, delicadeza, paciência, entre outros) e, conforme explica Soihet, “observa-se aí o empenho em envolver o corpo feminino nesse processo, buscando valorizar e aprisionar as mulheres com base apenas em comportamentos e padrões de beleza pré-determinados”<sup>25</sup>. Induzindo assim as mulheres a rejeitarem e até mesmo combaterem o feminismo.

Carregando as consequências desse difícil paradoxo, com o qual as mulheres se deparavam ao assumirem ser feministas, desenvolveram-se os ideais da “nova fase do movimento feminista” nos Estados Unidos e Europa, manifestando-se também no Brasil. Como veremos ao longo deste capítulo, o feminismo brasileiro, a partir da década de 1970, se consolidou como um movimento social e político alicerçado na luta pelos direitos das mulheres, mas que também lutou pela redemocratização do país.

---

<sup>23</sup>Idem.

<sup>24</sup>Idem.

<sup>25</sup>Idem,

## 1.1 “O PESSOAL É POLÍTICO”<sup>26</sup>: FEMINISMOS NO BRASIL

No Brasil, a *segunda onda* do feminismo incorporou outras frentes de luta, pois, além das reivindicações voltadas para as desigualdades políticas, trabalhistas e civis, nela se questiona a “mística do eterno feminino” e a inferioridade da mulher alicerçada em fatores biológicos. Segundo Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy, questionam-se dessa forma as raízes culturais destas desigualdades,

Questiona assim a ideia de que homens e mulheres estariam predeterminados, por sua própria natureza, a cumprir papéis opostos na sociedade: ao homem, o mundo externo; à mulher, por sua função procriadora, o mundo interno. Essa diferenciação de papéis na verdade mascara uma hierarquia, que delega ao homem a posição de mando.<sup>27</sup>

Dessa forma, o movimento feminista atua reivindicando a igualdade entre homens e mulheres, em todos os níveis, seja no mundo público ou privado.

O contexto político brasileiro da década de 60 era marcado por um clima de ditadura militar e repressão, com dois campos ideológicos se enfrentando: de um lado, estavam os conservadores representados por partidos liberais como a União Democrática Nacional (UDN), por empresários, grandes proprietários de terra, parte da classe média e lideranças das Forças Armadas Nacionais, todos reunidos no combate ao comunismo. De outro lado, encontrava-se a esquerda composta por partidos nacionalistas como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e segmentos clandestinos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), representados também por alguns empresários nacionalistas, pelo operariado urbano, por movimentos camponeses, intelectuais, estudantes e parte da Igreja Católica.<sup>28</sup>

O feminismo, no Brasil, teve adesão nas camadas médias, difundindo-se por meio de uma articulação peculiar nas camadas populares, conforme indica Sarti (1988),

as feministas que se organizaram no país, vinculadas em sua maioria às organizações e partidos de esquerda, atuaram politicamente articuladas ao conjunto das mobilizações femininas, dando a sua atuação uma coloração

---

<sup>26</sup> No Brasil, a década de 1960 se caracterizou pela atuação dos movimentos no campo político, no contexto de lutas contra o regime autoritário implantado no país com o golpe militar de 1964, “tais movimentos trazem o individual para o campo do político, tirar o espaço coletivo, demonstrando que o ser social não se esgota na experiência de sua classe”. ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Abril Cultural: Brasiliense, 1985, p. 58.

<sup>27</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. Op. Cit., p.54-56.

<sup>28</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

própria. Influenciaram e foram influenciadas pelas demandas das camadas populares, referidas também a mudanças no comportamento sexual e nos padrões de reprodução e fecundidade.<sup>29</sup>

Essa associação do feminismo com as camadas populares envolveu uma delicada relação com a Igreja Católica e a Teologia da Libertação – que desenvolveu um trabalho comunitário com as populações pobres, a partir da década de 1970, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – algumas ações foram efetuadas, no decorrer do processo de resistência ao autoritarismo do regime militar dominante no país.

No entanto, a aproximação que permitiu a formação de alianças entre os movimentos feministas, à esquerda e a Igreja Católica não representam uma relação tranquila. No que se refere a atuação da igreja juntamente com o movimento feminista, os limites sempre estiveram bem estabelecidos, os dogmas religiosos deveriam ser obedecidos, sendo assim o respeito à família tradicional estaria garantido, ou seja, as mulheres participavam das reivindicações em prol da comunidade, por meio das lutas cotidianas, saneamento básico, creches, etc., mas mantinham se presas aos seus antigos papéis sociais: dona de casa, mãe e esposa dedicada. A igreja teve um papel distinto das mulheres do movimento feminista.

Essa característica das lutas das mulheres no Brasil, com as reivindicações do cotidiano, distingue o feminismo brasileiro dos demais países europeus, pois os movimentos sociais surgidos naqueles países questionavam os valores de uma sociedade extremamente industrial. Já no nosso caso,

Os movimentos sociais urbanos são organizados com base local, enraizando-se na experiência cotidiana de seus protagonistas, os moradores da periferia, têm sua característica básica a reivindicação de melhor distribuição dos equipamentos de infra-estrutura urbana e dos bens de consumo coletivos. Dirigem sua ação ao Estado, enquanto agente promotor do bem-estar social. Asfalto, luz, água ou esgoto são palavras de ordem em sociedades com um mínimo de conforto social assegurado. Aqui, tornaram-se objeto fundamental das reivindicações femininas.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> SARTI, Cynthia Anderson. *O feminismo no Brasil: uma trajetória particular*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (64): 38-47, fev. 1988, p.40.

<sup>30</sup>Idem, p.41.



O feminismo foi se impondo dentro dessas mobilizações, apesar de suas particularidades: para a direita, ele era visto como um movimento perigoso e imoral; já para a esquerda, um projeto de reforma pequeno burguês.

Já na relação entre Igreja e feminismo, ideias como a liberação do aborto, direito reprodutivo, questionamento sobre o casamento e o patriarcado<sup>31</sup>, entre outros, causavam divergências.

Por isso, as desavenças entre ambos eram constantes, haja vista que, nos anos de 1970, o movimento feminista também inseriu em suas discussões temáticas sobre sexualidade, tanto nos grupos de reflexão como nos meios impressos. “As revistas femininas que tinham suas páginas ocupadas por dicas de culinária, corte e costura, decoração, moda e beleza, agora escrevem sobre a família, o casamento, o corpo e o amor”<sup>32</sup>.

Segundo Dulcília S. Buitoni, em *Mulher de Papel* (1981), foi nessa década que o consumo das revistas brasileiras aconteceu. Elas passam por reestruturação de temas, linguagem, tamanho e capa e, como todo produto cultural, publicaram assuntos a partir do interesse de seus consumidores. Outra constatação feita pela pesquisadora é a de que o tema mais veiculado em todas as revistas gerais, femininas e masculinas, foi o sexo.<sup>33</sup>

Sexo foi o principal produto editorial vendido nesta década. A grande repressão política dos primeiros anos canalizou as insatisfações para desrecalque em outras áreas. As revistas masculinas eram censuradas (com retoques em fotos de nus, etc.), mas havia uma permissividade controlada e que interessava ao sistema – desviava as atenções. Nas revistas femininas, o sexo foi conquistando o lugar, palmo a palmo. De referências à insatisfação sexual da mulher casada, foi passando a matérias sobre virgindade, masturbação, orgasmo, etc. e no final da década, várias revistas femininas já conseguiam publicar, com todas as letras, os nomes dos órgãos sexuais femininos, coisa inimaginável nas contidas revistas da década de 60.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> O conceito de patriarcado pode ser compreendido como um modo de organização social, um sistema engendrado socialmente e culturalmente de dominação masculina, construído simultaneamente com o capitalismo. Por isso, a importância da discussão das relações de gênero, afirma Heleieth Saffioti, pois estas estão imbricadas com as relações de poder, hierarquizando assim homens e mulheres. SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

<sup>32</sup> COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: record: Rosa dos Tempos, 1997, p.42.

<sup>33</sup> BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

<sup>34</sup> Idem, p.106.

Tratando-se da conjuntura política estabelecida no Brasil, a partir do golpe de 1964, mudanças bruscas aconteceram no que se refere as possibilidades de implantação de um governo democrático. Cabe lembrar que as lutas feministas no Brasil tiveram um recuo, em razão das condições políticas do regime militar instalado no país. O feminismo se voltou para os cenários públicos, juntamente com os demais movimentos sociais do período, reivindicando seus direitos civis e a liberdade de expressão.

O regime militar instalado no país almejava, entre outros objetivos, acabar com o problema da instabilidade econômica, por meio do “milagre econômico”<sup>35</sup>, criando a possibilidade de assegurar à classe média um poder de consumo exacerbado. Essa explosão econômica, desejada pelos militares teve seu ápice no governo de Médici, que assumiu o poder em 1967; mas este crescimento financeiro também trouxe medidas drásticas à população brasileira, haja vista a decretação, nesse período, de um dos mais repressivos Atos Institucionais, o AI-5, instituído em 13 de dezembro de 1968, que fechou o Congresso, os partidos políticos e sindicatos e também autorizou a suspensão dos direitos civis normais, tais como o *habeas-corpus*, justificando a medida pela necessidade de proteger a segurança nacional e, ao contrário de seus precursores, esse novo ato não trazia a data de vencimento.<sup>36</sup>

Nesse mesmo momento, as mulheres passavam pela extinção de quase todos os grupos e organizações de cunho político, exceto o Conselho Nacional de Mulheres liderada pela Dr.<sup>a</sup> Romy Medeiros da Fonseca que, em 1962, conseguiu mudar a condição da mulher casada<sup>37</sup>.

Estavam estabelecidas também as censuras aos meios de comunicação, tornando se práticas frequentes. A violência passou a ser um dos métodos de controle integrada às práticas do governo,

---

<sup>35</sup>O período de 1968 até 1973 ficou conhecido como “milagre” econômico brasileiro, devido ao rápido crescimento das taxas do Produto Interno Bruto (PIB), fato associado à política de exportação. Porém, esse desenvolvimento veio acompanhado da inflação elevada para os padrões brasileiros.

<sup>36</sup>Ver mais em STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>37</sup>A alteração do estatuto no Código Civil de 1962, “distinguiu a mulher casada dos indígenas, dos incapacitados e dos menores e lhe possibilitava o exercício de atividades assalariadas sem necessitar a autorização do marido, este, no entanto, permanecia sendo o chefe da sociedade conjugal”. Ver GOLDBERGER, Annette. *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de ideário político*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n.28. Rio de Janeiro: ANPOCS, Vértice, 2º semestre de 1989.

a partir do AI-5, o controle sobre a imprensa passou a ser completo. Todos os meios valiam para intimidar empresas e jornalistas: proibição oficial de divulgação de informações por membros do governo, telefonemas para jornalistas e donos de jornais, bilhetes dos órgãos de censura com os assuntos proibidos do dia, processos contra jornalistas, apreensão de edições já impressas e censura prévia.<sup>38</sup>

Essas restrições estabelecidas para os periódicos pelo regime militar funcionavam da seguinte maneira para : “pronta a edição, o material era lido pelo censor, que assinalava os assuntos inaceitáveis. Todo o material vetado tinha de ser substituído”<sup>39</sup>.

Alguns impressos encontraram subterfúgios para demonstrar aos leitores a ação da censura, por exemplo, o *Estado de S. Paulo* publicava versos de Camões no lugar das matérias que haviam sido proibidas, já na revista *Veja*, o logotipo da editora era repetido. Essas ações burlatórias complicavam o acesso aos acontecimentos e encarecia os custos da produção, jornais de menor tiragem chegaram a falir.

Outro mecanismo criado para “burlar” as regras ditatoriais impostas aos meios de comunicação foi o da imprensa alternativa ou *nanica*, uma forma de se demonstrar oposição ao regime militar, criticar a falta de liberdade, apoiar os grupos marginalizados; criando espaços onde fosse possível articular discussões que proporcionassem a transformação do período, possibilitando sua circulação nos mais diversos espaços públicos.

A palavra *nanica*, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativo, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixavam cativar por esses jornais. (...) Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado as políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, a do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.<sup>40</sup>

Criados a partir da década de 1970, esses periódicos de oposição ao governo militar eram liderados por diversos militantes dos movimentos políticos e sociais,

---

<sup>38</sup>CALDEIRA, Jorge (et al.). *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.324.

<sup>39</sup>Idem.

<sup>40</sup>KUCINSK, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 13.

denunciando em suas páginas a violência do regime, aspectos que serão discutidos no capítulo II.

Para compreensão dessa pesquisa, vale definir os três tipos de impressos que compunham a imprensa alternativa, e que segundo Maria Paulo Araújo (2006) são<sup>41</sup>:

- Jornais de esquerda – eram publicações que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas, podemos citar: *O Pasquim* (1969-1991), *Opinião* (1972-1977), *Movimento* (1975-1981);
- Revistas de contracultura – reuniam intelectuais e artistas que produziam sua “arte” fora do âmbito comercial, suas principais publicações foram: *Flor de Mel*, *Biscoitos finos* e o *Almanaque biotônico vitalidade*;
- Publicações de movimentos sociais – estão reunidos neste campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e os movimentos tidos como “minorias”: os feministas *Brasil Mulher* (1978-1980), *Nós Mulheres* (1976-1978), etc.; movimento negro: *Tição* (1978-1982) entre outros; e publicações dos movimentos homossexuais organizados, *Lampião da Esquina* (1978-1981) é o mais representativo deles.

Sobre este aspecto, podemos perceber que as discussões em torno do feminismo nos meios de comunicação se expandiram para a imprensa alternativa nesse período, com o propósito de serem um instrumento social de divulgação de assuntos não veiculados pela imprensa oficial da época, de coletivos organizados por mulheres, como é o caso do *Nós Mulheres* (1976-1978), *Brasil Mulher* (1978-1980) e o *Mulherio* (1981-1987).

É, portanto, no contexto dos anos de 1970 que se visibilizaram publicamente os assuntos ligados aos problemas das mulheres. Rose Marie Muraro destaca que, neste período, “todos os *media*: televisão, revistas, jornais, a grande imprensa, envolvem-se no debate do feminismo, geralmente, assumindo as posições conservadoras importadas dos países dominantes, o que gera grande polêmica, especialmente entre a juventude”.<sup>42</sup> Mas essa postura conservadora não impediu os meios de comunicação de publicarem os debates sobre sexualidade e comportamento das mulheres que aconteciam no âmbito dos movimentos feministas.

---

<sup>41</sup>ARAÚJO, Maria Paula. *A ditadura militar em tempo de transição*. In.: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, p.153-164.

<sup>42</sup>MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 4ª edição, 1983, p.14.

Com a abertura no campo político no ano de 1979, transformações significativas aconteceram não só para as mulheres, mas para todos os brasileiros, pois, se analisarmos os cinco primeiros anos da década de 1970, uma parte da esquerda brasileira ainda vivia exilada, a outra passava por um período de repressão política no qual o movimento sindical estava sob intervenção militar, os partidos políticos reduzidos a situação da clandestinidade, assim como as organizações estudantis.

Neste mesmo período, as mulheres conseguiram ingressar no ensino superior e, com sua inserção nas universidades, o espaço para discussões feministas é ampliado. As pesquisas nas áreas de história e ciências sociais passam a reverenciar temáticas que privilegiam discussões das oposições políticas da época, destacando a teoria marxista em suas análises. É nesta linha marxista que foi produzida a tese *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade* (1969), de Heleieth Saffioti<sup>43</sup>, considerada uma pesquisa pioneira ao fazer um estudo da condição da mulher no sistema capitalista a partir da perspectiva dialética marxista.

Essa obra, assim como as de Simone de Beauvoir, Betty Friedan, entre outras, circularam nos meios acadêmicos, intelectuais e de militância feminista como leituras quase obrigatórias.

Uma das metodologias utilizadas pelas feministas para as discussões desses textos foi a dos “grupos de reflexão” ou “grupos de autoconsciência”, já utilizada pelos movimentos de mulheres<sup>44</sup>. Um método que surgiu da necessidade de romper com o isolamento da vida doméstica, no qual viviam uma boa parcela das mulheres nas sociedades ocidentais.

Constituídos unicamente por mulheres, esses grupos pequenos e informais, funcionavam a partir de reuniões na casa de uma das participantes, que reunidas em círculo, compartilhavam relatos de experiências individuais; algumas mulheres ainda

---

<sup>43</sup>Nessa obra a socióloga Heleieth Saffioti destaca as relações entre a posição da mulher e o capitalismo, descrevendo a situação delas desde a educação, passando pelo processo de industrialização até o movimento feminista, visando esclarecer quais são os papéis sociais destinados às mulheres. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

<sup>44</sup>Segundo Maria da Glória Gohn, “o Movimento de Mulheres é mais numeroso, mas quase invisível enquanto movimento de ou das mulheres. O que aparece ou tem visibilidade social e política é a demanda da qual são portadoras – creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos, equipamentos de saúde, etc.” GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p.91.

socializavam nestes espaços leituras de textos feministas com os quais tiveram contato depois de suas vivências no exterior.

Aqui no Brasil, os “grupos de reflexão” foram formados em diferentes regiões do país. Um dos primeiros dos quais se teve notícia foi o Grupo de Conscientização Feminista, que atuou em São Paulo de 1972 até 1975. Outra experiência semelhante foi a do Grupo de Reflexão, do Rio de Janeiro, formado por Branca Moreira Alves que voltava dos Estados Unidos, onde teve contato com as novas ideias feministas de Betty Friedan. O grupo atuou de 1972 até 1973.<sup>45</sup>

Esses e outros grupos organizados, pelas mulheres e para elas, utilizam a imprensa alternativa como instrumento social para a expansão do feminismo: “a imprensa feminista representou um espaço de experimentação de uma forma muito especial de fazer política, refletindo sobre as descobertas das mulheres sobre si mesmas e sobre as ideias feministas que floresceram na década de 1970”<sup>46</sup>.

Algumas publicações alternativas foram editadas nesse período, com a finalidade de divulgar as atividades desenvolvidas nesses grupos, demonstrando também sua oposição ao regime militar, foi o caso dos periódicos *Nós Mulheres* (1976-1978) e *Brasil Mulher* (1978-1980), características que discutiremos nos capítulos seguintes.

O ano de 1975 é considerado como inaugural para o feminismo brasileiro, pois, “até então, o movimento estava restrito a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados, chegando mesmo a se configurar mais como uma atividade privada, que acontecia na casa de algumas pessoas”<sup>47</sup>. Contexto que passa a ser modificado com a manifestação pública feita por meio de vários eventos para debater a situação da mulher brasileira.

Isto porque, com a eleição do general Geisel (1974-1979) e o anúncio de uma “distensão política lenta e gradual”, a sociedade brasileira passa por uma transformação tanto no campo econômico quanto no comportamental, como afirma Muraro (1983):

---

<sup>45</sup>BORGES, Joana Vieira. *Trajetórias e leituras no Brasil e na Argentina (1960-1980)*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2013, p.63

<sup>46</sup>LEITE, Rosalina. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. Revista de Estudos Feministas, jan. 2003, v.11, n.1, p.240.

<sup>47</sup>PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p.56.

A força de trabalho feminina praticamente dobra de 1970 para 1976. Mais interessante ainda: em 1969 havia cem mil mulheres na universidade para duzentos mil homens. Em 1975 este número tinha subido para cerca de quinhentos mil mulheres (para quinhentos e oito mil homens), passando a proporção de 1::2, em 69, para 1::1 em 75. O número de mulheres na universidade havia quintuplicado em cinco anos! Vemos aí como se conjugam, então, os fatores econômicos reforçando os comportamentais e vice-versa.<sup>48</sup>

Esses fatores explicam a necessidade de se debater assuntos ligados à condição das mulheres no nosso país.

Nesse mesmo ano, aconteceu na cidade do México, a I Conferência Mundial sobre as Mulheres, neste evento a ONU anunciou o marco inicial da Década da Mulher que vigorou até 1985. O lema da Conferência Mundial sobre as Mulheres foi *Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, o evento contou com a participação de 14 mil representantes de 113 países. Com estas discussões, criou-se um Plano de Ação aprovado pela ONU, cujos os temas centrais eram a igualdade entre os sexos, integração da mulher no desenvolvimento e promoção da paz.<sup>49</sup>

É fundamental salientar que o Ano Internacional da Mulher em 1975 teve impacto em todas as regiões do país, onde várias atividades foram organizadas pelos movimentos feministas, algumas se concentram em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Destacaremos algumas ações ocorridas neste período no Brasil

## 1.2 O ANO INTERNACIONAL DA MULHER NO BRASIL

Conforme dissemos anteriormente, a partir do ano de 1975, surgiram várias entidades em todo o país que tinham como preocupação central a criação de “canais de participação”, capazes de romper com o isolamento da esquerda brasileira, lutando contra a ditadura. Podemos citar como exemplo o Centro da Mulher Brasileira, o grupo Brasil Mulher de Londrina, o Movimento pela Anistia<sup>50</sup>, etc.

---

<sup>48</sup>MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 4ª edição, 1983, p.14.

<sup>49</sup>FÁVERI, Marlene de. *O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart*. In: II Seminário Internacional do Tempo Presente, 2014, Florianópolis, SC. Anais do II Seminário Internacional do Tempo Presente, 2014, p.08.

<sup>50</sup> Criado por Therezinha Zerbini em março de 1975, na cidade de São Paulo, carregava como bandeira a luta pela anistia ampla e irrestrita de todos os presos e banidos políticos.

Inicialmente, essas entidades priorizavam a luta pela anistia e pelas liberdades democráticas. O relato de uma das integrantes do grupo Brasil Mulher, Iara Areias Prado, ao jornal *Mulherio* do ano de 1982, identifica alguns aspectos da trajetória dos movimentos feministas desse período:

Assim, no período 75/80, o movimento de mulheres brasileiro funciona muito mais como um canal para prosseguir uma luta política geral contra a ditadura. Sem dúvida nenhuma questão da mulher foi tratada neste período, e tivemos vitória, como a luta pela construção de creches nos bairros, que se concretizou no projeto apresentado pela Prefeitura de São Paulo de construção de 385 creches na cidade (projeto até hoje só iniciado, portanto a luta deve continuar). A abertura para a questão propriamente feminista se deu de duas formas. Primeiro, o próprio contato com as mulheres da periferia foi revelando que havia um espaço específico da mulher que não poderia continuar sendo relegado a um segundo plano;

Segundo, com a pseudo abertura do regime, as exiladas voltaram e passaram a nos criticar porque reduzimos a questão da mulher à luta mais geral. Elas viviam em países capitalistas avançados, onde os interesses do próprio capitalismo já garantia uma infra-estrutura mínima de sobrevivência, e então o movimento feminista podia centrar sua luta em torno de questões como o prazer, a dupla jornada, a relação homem-mulher.

Os debates sobre luta geral versus luta específica dominaram nossas discussões durante o ano de 1980. Consequência: algumas entidades assumiram a questão feminista, outras se dividiram nesse debate. De lá pra cá, não conseguimos mais unificação em torno de luta nenhuma, com exceção da luta contra a violência, que resultou no SOS-Mulher e possibilitou uma significativa ampliação do movimento em direção às mulheres de classe média e que teve sua concretização na derrubada da tese da legítima defesa de honra.

Mas, é bom lembrar, de 75 para cá, nossa principal vitória foi levantar amplamente a questão da mulher, hoje debatida pela sociedade, através dos meios de comunicação, dos partidos políticos etc. E essa vitória é nossa!<sup>51</sup>

Por essa época, de 1975 até 1978, presenciou-se a emergência do tema mulher e os esforços que constituíram, neste período as lutas para dar visibilidade a elas, como sujeito social e histórico, na busca de legitimação de um campo de estudos capaz de desvendar as raízes de sua opressão.

A lei da anistia de 1979, a reforma partidária e a realização de eleições consolidaram a abertura política no país, permitindo que os grupos de mulheres se organizassem em novos espaços coerentes entre si, com discussões próprias do feminismo: as lutas contra as formas de opressão, desigualdade de direitos, discriminação, preconceito, entre tantas outras causas.

---

<sup>51</sup> SALEM, Helena; ADAMENAS, Janaina; BECK, Leda. Estamos menos longe. *Mulherio*, São Paulo, n.6, março/abril, 1982, p.14.



Também voltavam ao país algumas militantes exiladas nos Estados Unidos, Europa e, em um curto período no Chile, trazendo novas formas de pensar a condição feminina. Eram indagações sobre as estruturas da sociedade, os modelos econômicos capitalistas, os padrões familiares, fatores que serviram de motor para impulsionar novos embates voltados aos direitos das mulheres como: o da luta pelo direito ao corpo, ao prazer, a saúde e contra o patriarcado e a violência.

Mas devido à tradição marxista estabelecida nos períodos de luta contra a ditadura militar, essas problemáticas dos movimentos feministas ainda eram concebidas de forma negativa, pois desviariam os objetivos da luta fundamental do proletariado contra a burguesia.

Isso não possibilitou que, em meados da década de 1970, surgissem personagens denunciando a violência cometida contra as mulheres, “as quais passam a exigir do Judiciário a criminalização dos homens que assassinavam suas ex-mulheres, companheiras, com a justificativa da legítima defesa da honra”<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup>FÀVERI, Marlene de. *O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart*. In: II Seminário Internacional do Tempo Presente, 2014, Florianópolis, SC. Anais do II Seminário Internacional do Tempo Presente, 2014, p.03.

**Figura 1** – Julgamento de Doca Street em 1981/ *Mulherio*, n.6, 1982



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

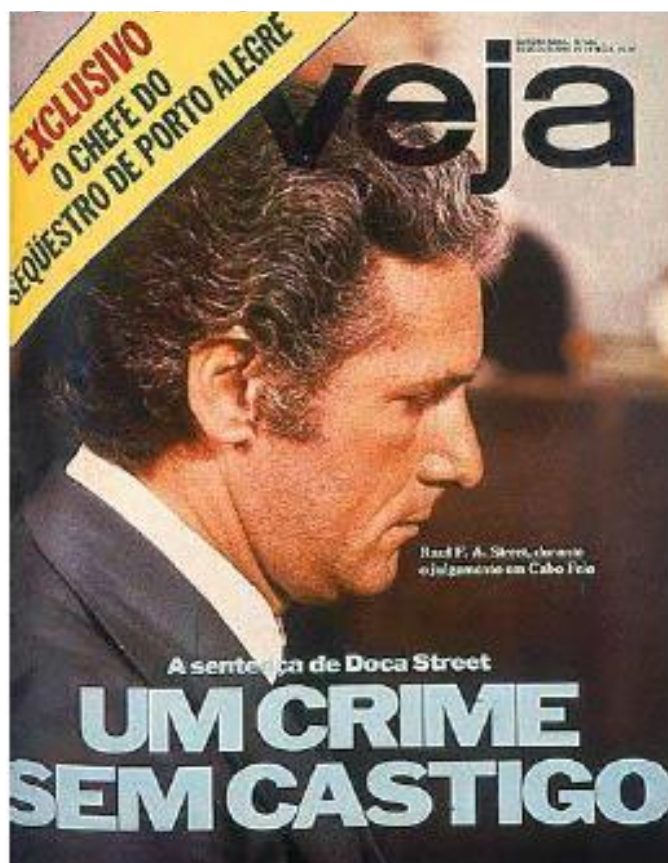
Um dos casos mais conhecidos é o de Doca Street, que matou sua ex-esposa Ângela Diniz, em 1976. Esse crime foi notícia em todos os jornais do país, pois ao ser levado ao julgamento, Doca Street foi absolvido sob o argumento de ter matado em legítima defesa da honra. Esta sentença causou a indignação das mulheres, que promoveram uma das primeiras grandes campanhas públicas feministas no país, e que certamente foi responsável pela condenação do assassino no segundo julgamento (figura 1).<sup>53</sup>

Nos outros meios de comunicação o caso também foi noticiado, mas a partir da perspectiva de uma representação já consolidada acerca dos personagens da trama: a de crime passionnal. Por exemplo, na Revista *Veja* (figura 2), Doca Street aparece com

<sup>53</sup> Não nos dedicaremos à discussão da trajetória desse tipo de ação feminista, mas vale lembrar que inúmeras organizações de apoio à mulher vítima de violência surgiram, sendo o SOS Mulher (1981) do Rio de Janeiro, uma das primeiras. PINTO, Céli Regina. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

semblante triste, olhar ao chão, no momento que sua sentença é proferida. A machete na capa da revista “Um crime sem castigo”, oscila entre o discurso machista conservador e o da luta pela igualdade de gêneros.

Figura 2 – Capa Revista *Veja*



Fonte: [http://veja.abril.com.br/arquivo\\_veja/capa](http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa)

Outros eventos ocorridos no bojo dessas transformações do ano de 1975 demonstram a expansão do feminismo brasileiro. É o caso do *Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista*, realizado em outubro daquele mesmo ano na Câmara Municipal de São Paulo. O evento contou com a participação de representantes dos partidos políticos, da igreja, de sindicatos, feministas e pesquisadoras. Nesse encontro, foi elaborada uma carta com a proposta da criação de uma entidade que servisse de sede para as lutas feministas.

A instalação da CPI da Mulher, em 1976, também foi outro evento importante realizado com o objetivo de analisar as situações das mulheres em diversos setores. Sem

contar os múltiplos espaços estabelecidos como núcleos ou centros de pesquisas durante toda a “década da mulher” voltados as discussões sobre saúde, direitos reprodutivos, cidadania, emancipação e violência.

Já em 1980 foi fundada, no Recife, a Casa da Mulher do Nordeste, e seus objetivos eram bem amplos: estudar, pesquisar e discutir problemas relacionados à mulher, agregando diversas personagens em um mesmo ambiente, sejam elas feministas ou não. Estruturada para funcionar como instituição voltada à promoção social das mulheres, devendo dessa forma ser considerada de utilidade pública.<sup>54</sup>

No ano de 1976 foi fundado por grupos feministas cariocas – logo após os eventos patrocinados em prol da comemoração do Ano Internacional da Mulher (1975), na cidade do Rio de Janeiro – o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), que desenvolveu um papel importante na trajetória dos movimentos feministas brasileiros, pois, durante seus cinco anos de atuação conseguiu abrigar diferentes “tendências do feminismo”, desde as reivindicações das feministas radicais, até o feminismo bem comportado das “filhas” de Bertha Lutz.<sup>55</sup>

Com o exemplo do CDMB, surgem assim inúmeras organizações que desenvolveram, no decorrer de sua trajetória, atividades e campanhas que levaram suas protagonistas as ruas para reivindicar melhores condições de vida, elaborando também projetos dos quais o governo apoiou.

Carmen Barroso (1992) indica que um programa de ação para a segunda metade da década de 1980 foi aprovado pelo Brasil e demais países representados na *II Conferência Mundial sobre a Mulher*, reunida em Copenhague em julho do mesmo ano. Neste evento foi possível discutir resultados e soluções para a situação da mulher, mas, infelizmente, esse programa de ação não chegou a ser efetivado, em razão da ausência feminina nos espaços do poder político administrativo do país. A autora afirma que as mulheres não tiveram sucesso na efetivação de alguns programas sociais, pois não se encontravam presentes nos espaços políticos administrativos.<sup>56</sup>

Sobre essa falta de representatividade feminina nos espaços políticos administrativos, identificamos alguns acontecimentos que provam o contrário, e

---

<sup>54</sup>SALGUEIRO, Beth. Uma casa aberta para as nordestinas. *Mulherio*. São Paulo, n.1, Mulheres em Ação, maio/junho, 1981, p.4.

<sup>55</sup>PINTO, Céli Regina. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

<sup>56</sup>BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. São Paulo: Unicef/Brasiliense, 1992.

demonstram parcerias favoráveis, juntamente com o apoio da ONU para a organização de seminários e encontros; além da eleição de representantes mulheres para a Assembléia Constituinte de 1987: Telma de Souza, Bete Mendes, Irma Passoni, Tutu Quadros, Clara Ant, Eni Galante, Ercy Ayala, Guiomar de Mello, Luiza Erundina, Ruth Escobar, Moema San Tiago, Benedita da Silva, Sandra Cavalcanti, Ana Maria Rattes, Jandira Feghali, Heloneida Studart entre outros nomes.

**Figura 3** – Capa do jornal *Mulherio*, n. 27, 1987



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

Pela primeira vez, “com várias caras de mulher”, como anuncia o jornal *Mulherio* na edição n.27 de 1987 (figura 3), uma Assembléia Constituinte é composta com expressiva eleição de mulheres. São 26 entre 559 eleitos, um número considerável, se refletirmos sobre a trajetória da representatividade feminina no campo político administrativo brasileiro.

Figura 4 – Reportagem do jornal *Mulherio*, n. 27, 1987.



Fonte: Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

É importante ainda ressaltar que as regiões Norte e Nordeste foram as que mais contribuíram com a eleição de deputadas; outro fator significativo, nesse momento, foi que algumas dessas mulheres eleitas vinham de partidos situados à direita do espectro político, conforme demonstra Céli Regina: “nove do PFL (Partido de Frente Liberal) e duas do PDS (Partido Democrático Social), partidos muito pouco permeáveis as questões referentes aos direitos das mulheres”<sup>57</sup>.

Por mais que algumas se mostrassem abertas para discutir as reivindicações feministas – somente Moema San Tiago tinha uma atuação feminista pública –, os antagonismos ainda estavam presentes nos discursos de algumas eleitas: “não sendo feminista, Sandra Cavalcanti (PFL) não endossa nenhuma bandeira feminista, já que não concorda com ‘a ideologia do movimento no Brasil’. Sandra é contra o divórcio, o aborto, a liberação sexual, é favorável a instituição familiar”<sup>58</sup>.

<sup>57</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p.73.

<sup>58</sup> A Nova Cara da Constituinte. *Mulherio*. São Paulo, n.27, Reportagem, dez./fev., 1987, p.11.

Diferentemente da postura tomada por Jandira Feghali, eleita para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que, como “musa das eleições”<sup>59</sup> – atribuição dada pela imprensa –, demonstrou o desejo de defender no parlamento a reforma sanitária, assistência infantil, educação sexual, creches, criação de delegacias da mulher, descriminalização do aborto, entre outras demandas.

Apesar das ideologias distintas das parlamentares, a “bancada feminina” obteve uma trajetória surpreendente ao apresentarem 30 emendas sobre os direitos das mulheres, conforme explica Céli Regina (2003),

É possível apontar três razões para essa tomada de posição das deputadas: a primeira é a presença de três emendas populares promovidas por movimentos de mulheres, que propunham o alargamento dos direitos da mulher; a segunda, a presença do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na época dirigido pela socióloga Jaqueline Pitanguy, que mobilizou os movimentos de mulheres para uma atuação constante junto aos constituintes e, principalmente, às deputadas constituintes, no sentido de incorporar à nova Carta pontos fundamentais dos direitos da mulher, pelos quais o movimento feminista lutava havia algum tempo no Brasil; finalmente, deve-se ter presente a própria dinâmica interna da Câmara dos Deputados, espaço privilegiadamente masculino que, certamente, colaborou para o crescimento de uma identidade e de uma solidariedade feminina entre essas 26 mulheres.<sup>60</sup>

A formação da Constituinte de 1988 foi um momento marcada pela ampla participação popular, considerada um acontecimento particular da história do Brasil, haja vista sua trajetória de luta contra a ditadura militar.

Os principais assuntos apresentados para sua elaboração foram: a violência contra a mulher, o direito ao planejamento familiar, a legalização do aborto e o livre exercício da sexualidade isento de manobras controladoras.

Como principais conquistas para as mulheres, a Constituição garantiu os direitos reprodutivos, promulgando “o direito de a pessoa decidir livre e responsavelmente sobre o número, espaçamento e a oportunidade de ter filhos”, mas proibiu a legalização do aborto voluntário. Outros avanços da Constituição Federal para as mulheres foram: a criação de um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); o reconhecimento da igualdade entre os cônjuges e as novas modalidades de

---

<sup>59</sup>Na reportagem do jornal *Mulherio*, Jandira Feghali “ressalta que sua eleição se deve à seriedade de suas propostas e não à aparência mas que o título serviu para desfazer a imagem estereotipada da comunista bruta e assexuada”. In.:A nova cara da constituinte. *Mulherio*. São Paulo, n.27, Reportagem, dez./fev., 1987, p.11-12.

<sup>60</sup>PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. Op. Cit., p.75.

instituição familiar, uma ampliação dos direitos adquiridos pela Lei do Divórcio de 1977.<sup>61</sup>

Neste novo cenário político da década de 1980, surgiu a questão da institucionalização dos movimentos feministas, efetivada com a criação, em 1985, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), resultado das mobilizações dos grupos de mulheres na campanha das Diretas Já.

O espaço acadêmico também colaborou para propagar o feminismo nesse período, embora este já tivesse adentrado a academia por volta dos anos de 1960, graças à expressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho e na vida acadêmica.

Segundo Margareth Rago (1995), essas transformações influenciaram sociólogas, antropólogas e historiadoras a procurarem rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social, despontando toda uma preocupação em identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre elas. Indagações geradas pelas péssimas condições de trabalho, salários inferiores aos dos homens, assédio sexual entre outras formas de violência. Podemos destacar como uma das pioneiras nessas análises a tese de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classe*, publicada em 1969, discutida anteriormente. Já na década de 1980 emergiu um conjunto de pesquisas preocupadas em revelar o cotidiano das mulheres e suas estratégias de resistência a dominação masculina e classista, damos destaque para as pesquisas: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* de Maria Odila Leite da Silva Dias, publicada em 1984; *Do cabaré ao lar* da própria Margareth Rago; *Condição feminina formas de violência* de Rachel Soihet publicada em 1989, entre outras.<sup>62</sup>

As reflexões feitas neste capítulo sobre a atuação das mulheres deram ênfase a algumas reivindicações das décadas de 1970 e 1980, conhecidas como o período de institucionalização dos movimentos feministas no Brasil, após sua abertura política em 1979. Novos objetivos são almejados com o feminismo contemporâneo dos anos de 1990, não nos estenderemos nessa pesquisa na explicação de sua atuação. Procuramos a seguir compreender como questões que hoje nos parecem corriqueiras, entre elas corpo

---

<sup>61</sup> A lei específica do planejamento familiar só foi promulgada anos depois, em 1996. VENTURA, M. *A questão do aborto e seus aspectos jurídicos*. In.: BARBOSA, R.M.; ROCHA, M.I. (Orgs.). *Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2009, p.176-205.

<sup>62</sup> RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.



feminino, políticas públicas, cidadania, são incorporadas as publicações da imprensa de caráter alternativo e feminista, mas especificamente de dois periódicos considerados os precursores do jornal *Mulherio*: o *Brasil Mulher* (1975-1980) e o *Nós Mulheres*.

## CAPÍTULO II

### ESCRITAS FEMINISTAS: “QUEM SOMOS?”<sup>63</sup>

Os escritos de uma mulher são sempre femininos;  
Não podem deixar de sê-los; quanto melhor, mais feminino;  
A única dificuldade é definir o que entendemos por feminino.  
(Virginia Woolf, 1929, p.23)

O feminismo no Brasil está marcado por uma série de fatos que lhe concedem avanços significativos em diferentes épocas. Nos espaços públicos, sua expansão ocorreu de forma gradativa e conturbada para as mulheres que na maioria dos casos, tinham seu papel primordial voltado ao marido e filhos, ocupando-se de uma vida doméstica, ou seja, deveriam dedicar-se ao bem-estar do espaço privado.

Na medida em que lutam para terem suas ações visibilizadas, elas também buscam alternativas para se constituírem como sujeitos participativos, minando ações que as reduzem somente ao papel de mãe-esposa-administradora do lar, haja vista que a reprodução dos valores que são introjetados no bojo de qualquer organização social percorrem, quase sempre os mesmos caminhos, tendo como “correios de transmissão” a família e a escola.

Nessa tentativa de direcionar o papel social da mulher na sociedade, por meio do feminismo, muitas de suas adeptas enfrentaram barreiras de resistência da estrutura patriarcal, e também as consequências de seu engajamento na luta contra a ditadura militar, que acabaram colocando as reivindicações dos movimentos feministas em segundo plano. As lideranças dos partidos políticos de esquerda da época garantiam que, alcançadas as liberdades democráticas, em seguida, as demandas feministas seriam cumpridas, mas não aconteceu desta forma e logo os dilemas da aliança com a esquerda começaram a surgir: dedicar-se exclusivamente as lutas políticas contra a ditadura ou as questões feministas.

Meios que interligassem esses dois eixos seriam necessários, tanto para estabelecer diálogos e também publiciza-los. Por meio da imprensa alternativa, as feministas, assim como os demais movimentos sociais do período da década de 1970, encontraram uma forma de conseguir divulgar suas ideias, questionamentos, demonstrar

---

<sup>63</sup> Título extraído do editorial. *Quem somos? Nós Mulheres*. São Paulo, n.1, junho 1976.

sua resistência à ditadura militar e divulgar as discussões do feminismo internacional no Brasil, realizado pelas feministas exiladas.

Para Karina Woitowicz, o “movimento feminista, desde cedo reconheceu na mídia uma lógica impulsionadora da cultura do consumo e de imagens estereotipadas da mulher que se cristalizam no imaginário social de diferentes épocas”<sup>64</sup>. Esta foi uma das formas encontradas pelos grupos de mulheres para lançar críticas ao tratamento de determinadas questões e à desigualdade presente nas relações de gênero.

Assim sendo, a chamada imprensa alternativa ou nanica, possuía um caráter modesto e recursos financeiros escassos. Eram jornais de formato tablóide, muitos com tiragem irregular, como a maioria dessas publicações do meio impresso alternativo.

A imprensa alternativa ou ‘nanica’ que cobria assuntos gerais firmou-se nesta década, como um gênero definido e combativo, apesar de lutar contra a censura e enfrentar condições financeiras geralmente precárias. ‘Opinião’, jornal semanal ensaístico e mais tarde ‘Movimento’ são protótipos desses veículos de discussão política dos problemas nacionais. Nas principais cidades do país surgiam semanários de oposição que, no entanto, pouco duravam, devido ao clima que reinava no país; Já no fim da década, jornais mais agressivos, tipo ‘Repórter’, vêm à luz; aparecendo também jornais que defendem minorias, como ‘Lampião’. Com a ‘abertura’, a imprensa alternativa pode tratar de alguns assuntos até então proibidos, embora sob a ameaça de processos ou sanções financeiras.<sup>65</sup>

Elizabeth Cardoso (2004), ao analisar os periódicos da imprensa feminista, identificou que existiram duas gerações que marcaram as discussões no âmbito feminino. A primeira tem como conceito principal a luta de classes<sup>66</sup>. Sabemos, porém, que *Mulherio* se encaixa na segunda definição, que colocou como pauta nos impressos as questões de gênero.

---

<sup>64</sup> WOITOWICZ, Karina Janz. *Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil*. Trabalho apresentado no GT História da Mídia Alternativa, no VI Congresso Nacional de História da Mídia (UFF, Niterói/RJ), p. 6.

<sup>65</sup> BUITONI, Dulcília Helena Schroder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981, p.107-108.

<sup>66</sup> Podemos compreender as discussões referentes a luta de classes expostas nas páginas da primeira geração da imprensa alternativa feminista, como consequências atribuídas ao desenvolvimento do capitalismo industrial que produziu hierarquias na organização do trabalho, das quais atributos da classe trabalhadora se associam ao preenchimento de certas ocupações e padrões salariais. Atributos classificados pela cor da pele, nacionalidade, sexo e idade que permitem a constituição de segmentos diferenciados pela força de trabalho. Estudos de suma importância foram desenvolvidos por Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti, Rachel Soihet, e de outras pesquisadoras feministas.

A primeira está marcada pelo debate entre “questão da mulher” *versus* “questão geral”, feminismo liberal *versus* feminismo marxista ortodoxo, por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres em igualdade com homens, pela questão da autonomia partidária e pelo combate a ditadura, já a segunda geração da imprensa feminista incorpora o conceito de gênero, assume os temas relacionados direta e exclusivamente às mulheres (como sexualidade, planejamento familiar e violência contra a mulher); tende para a especialização por temas; luta pelo direito à diferença e opera em parceria com um novo ator social, a sociedade civil organizada, na forma de ONGs e associações voltadas para a questão de gênero.<sup>67</sup>

Os estudos de gênero surgem na década de 1980 como uma tentativa de compreender além das características sexuais, mas “como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico”<sup>68</sup>. Segundo Joana Maria Pedro, quando Joan Scott<sup>69</sup> propõe o gênero como uma categoria de análise relacional, pretende instigar a refletir e debater “como hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas”<sup>70</sup>.

Procurando dialogar com as outras categorias existentes, sempre destacando que as relações de gênero são influenciadoras nas relações sociais caracterizadas pelas diferenças hierárquicas dos sexos, determinado assim, uma primeira forma de relações de poder:

O uso da categoria “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero. Se bem entendido, o gênero efetua uma ação não no plano dos papéis, mas no plano das categorias e dos agentes, e seria necessário então estar sempre aberto para ler o que está sendo dito pelo gênero.<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (N. E.): 264, setembro-dezembro, 2004, p.30.

<sup>68</sup> LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 21.

<sup>69</sup> A inserção dos estudos de gênero e sua compreensão como categoria relacional nas análises possibilitaram pensar sobre as novas abordagens e perspectivas inseridas nas discussões referentes às mulheres, situando esses sujeitos em seu espaço e tempo, conforme afirma Joan Scott, “só podemos escrever sobre a história desse processo se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas”. SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil de análise histórica. Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

<sup>70</sup> PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005, p. 14.

<sup>71</sup> TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: UFGD, 2014, p. 22-23.

Segundo Losandro Tedeschi (2014), essas perspectivas das teorias contemporâneas sobre o gênero contemplam as experiências secundarizadas tornando-as fundamentais para as “quebras identitárias”. Esses sujeitos femininos são reconhecidos como múltiplos, produzindo assim diversas representações sociais<sup>72</sup> para demonstrar suas posições perante os lugares sociais, econômicos e políticos que ocupam.

Na década de 1990 a questão de gênero se difundiu pelo Brasil, pois o artigo de Joan Scott, *Gender: A Useful Category of Historical Analysis* (1986) só foi traduzido no país neste período. A pluralidade das protagonistas é uma atribuição importante para os estudos de gênero, haja visto que, quando trabalhado como categoria de análise o gênero procura historicizar seus conceitos, construindo-os durante o próprio processo de pesquisa, incorporando as mudanças, e legitimando a necessidade de construção dos espaços de convivência dos sujeitos históricos. Para além dessas contribuições, Maria Izilda Matos (2000) discorreu sobre as inserções da categoria gênero para as novas perspectivas:

Somaram-se a essa luta outros canais de participação da mulher, sobretudo na forma dos movimentos por melhores condições de vida, ocupando espaço social e político a partir da segunda metade da década de 70. A expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano.<sup>73</sup>

Esses são alguns dos apontamentos sobre as questão de gênero que colaboraram para a consolidação de novos espaços e expressões das e feitas para elas mesmas, como as do ano de 1975, no qual surgiu o primeiro jornal feminista *Brasil Mulher*, que circulou até 1980 e foi editado pela Sociedade Brasil Mulher. E em 1976, o jornal *Nós Mulheres* é publicado pela Associação de Mulheres, circulando até 1978. Esses dois periódicos possuíam ligação com os partidos políticos de esquerda, poucos recursos financeiros, uma experiência da militância clandestina e do exílio, “os primeiros jornais

---

<sup>72</sup> Utilizo o conceito de representações sociais presente na obra de Roger Chartier, “são estes esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço pode ser decifrado”. CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

<sup>73</sup> MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma História da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 10-11.

do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* incorporaram também a denúncia de gênero a crítica e a denúncia da situação política social do país”<sup>74</sup>.

Segundo Bernardo Kucinski (1998), esses primeiros jornais alternativos feministas marcam o momento de uma significativa transformação neste tipo de mídia impressa, com o surgimento de outros interesses para as publicações: homossexualidade, feminismo, ecologia, etc. Seus debates não se restringem somente a situação política do período, mas estampavam nas suas páginas discussões sobre a politização do privado, questionamento sobre o sistema patriarcal, com características das “vertentes existenciais”.

Mulherio, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* que surgem inspirados no texto de Simone de Beauvoir e nos movimentos feministas na França, vividos por exiladas políticas brasileiras, e ganham paulatinamente identidade própria, sempre se debatendo entre os imperativos da luta política contra a ditadura, definida em termos marxistas, e a busca das categorias de gênero para explicar a relação milenar de dominação homem-mulher.<sup>75</sup>

Visando a conscientização das trabalhadoras de todos os grupos sociais, principalmente, daquelas que habitavam as periferias participando de clubes de mães, associações de bairros, enfim, dos meios populares, essas publicações se baseavam em uma linguagem marxista, destinada à compreensão das lutas de classes. De acordo com Margareth Rago, essa postura obedecia algumas estratégias políticas do período, “de um lado, obter o reconhecimento social de um movimento que colocava a mulher como alvo principal; de outro, conseguir a aliança dos demais setores da esquerda envolvidos na luta pela redemocratização”.<sup>76</sup>

Dois fatores contribuíram para a vida curta desses jornais alternativos: as discussões e denúncias frente a censura estabelecida pelo governo militar e a escassez de recursos financeiros para sua produção. Outro fato importante que percorreu a trajetória

---

<sup>74</sup> TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio* (1975-1988). Dissertação. Mestrado em História Social. PUC-SP, São Paulo, 2009, p.19.

<sup>75</sup> KUCINSKI, Bernardo. *A aventura alternativa: o jornalismo de oposição dos anos 70*. In: \_\_\_\_\_. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

<sup>76</sup> RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo?* Feminismos e (pós) modernidade no Brasil. In: Cadernos AEL, n.3/4, vol.2, 1996, p.34.

do *Brasil Mulher* (1978-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978) é no período vivenciado pelos dois periódicos: o da pós-luta armada<sup>77</sup>.

## **2.1 O BRASIL MULHER (1978-1980): JORNALISMO NA PERSPECTIVA FEMINISTA**

O *Brasil Mulher* foi fundado em Londrina (PR), inicialmente dirigido pela jornalista Joana Lopes<sup>78</sup>, editado em 16 páginas impressas em preto e branco, contendo fotos, caricaturas e ilustrações. A publicação tinha tiragem de cinco mil exemplares, mas algumas edições chegaram a alcançar dez mil impressões, a periodicidade era bimensal e o jornal circulava nacionalmente.

Seu nascimento está ligado ao *Movimento Feminino pela Anistia* criado por Terezinha Zerbine, em São Paulo. A partir da união com o grupo Brasil Mulher de Londrina surgiu à ideia de um jornal.

Tinha como seções fixas: “Editorial”, “Anista”, “Emancipação”, “Os Fatos Estão Aí”, “Educação no Brasil”, “Trabalho”, “Direito”, “Rosa dos Ventos”, “Arte e Comunicação” e “Brasil Correio”. Conforme as divergências já apontadas no início de sua publicação, alguns editoriais sofreram mudanças, conforme as discussões do corpo editorial.

A venda da edição n.0 ocorreu no *Encontro Para o Diagnóstico da Mulher Paulista* realizado em outubro de 1975, no Plenarinho da Câmara Municipal de São Paulo, que garantiu o pagamento da impressão.

Na sua edição de n.1 fica claro o discurso voltado para a busca da igualdade e das lutas democráticas que envolvem em seu contexto homens e mulheres:

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não

---

<sup>77</sup> No início da década de 1970, as organizações compostas pelos ideais da luta armada sofreram uma derrota militar e política: militar em razão da eficiência dos métodos utilizados pelas forças repressoras (desaparecimento de muitos militantes, tortura, exílio etc.), e política, pelo isolamento dos grupos de “vanguarda” da sociedade, que achava conveniente que isto acontecesse e porque a maioria da sociedade brasileira não se identificava com algumas de suas reivindicações, por exemplo, o fim do capitalismo. Esses grupos refizeram suas articulações e passaram a atuar em outros setores da sociedade, os movimentos sociais foi um deles.

<sup>78</sup> A jornalista e pesquisadora das áreas de arte e dança foi uma das criadoras do jornal *Brasil Mulher*. No início da década de 1970, lecionou na Universidade Estadual de Londrina, de onde foi demitida após desenvolver um projeto de teatro que desagradou às autoridades da universidade, local em que naquele momento funcionava a Assessoria Especial de Segurança Interna.

desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do débil mental. Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes: no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.<sup>79</sup>

Colaboravam com o jornal diversos militantes da esquerda do país, tendo algumas dessas mulheres passado pela experiência da prisão, tortura e até do exílio. Sendo também conhecido pelo grupo de estudos composto pelas feministas exiladas do país, o Círculo de Mulheres de Paris<sup>80</sup>, que mais tarde influenciou na criação do jornal *Nós Mulheres*.

De acordo com Rosalina de Santa Cruz Leite (2003), uma das componentes do Conselho Editorial do *Brasil Mulher*, nessa época, muitas dessas mulheres já praticavam a dupla militância, pois, eram integrantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). “O fato de estarem vinculados a uma associação já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial”<sup>81</sup>. Isso demonstra uma necessidade de divulgação das leituras, discussões e pesquisas realizadas nestes grupos de intelectuais feministas.

Os temas mais expressivos nas suas pautas estavam em torno da especificidade das lutas das mulheres pela sua emancipação, debates ligados às questões teórico-práticas, por exemplo, à explicação da forma de dominação/exploração das mulheres, divulgação de leituras que demonstravam resultados sobre a superação da sociedade patriarcal, o posicionamento do jornal, sobre todos os fatos da realidade brasileira pós-luta armada e dos caminhos percorridos pelos movimentos sociais do

---

<sup>79</sup> Editorial. *Brasil Mulher*. Londrina, ano I, n.0, outubro de 1975, p.2.

<sup>80</sup> Fundado em Paris no ano de 1976, foi considerado o mais atuante, dinâmico e influente dentro as organizações no exterior. As mulheres que participavam dele eram ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), também enfrentavam seu segundo exílio em Paris, vindas do Chile. O Círculo estava dividido por duas vertentes teóricas: por um lado, o da dupla militância e, do outro, pelo movimento de libertação das mulheres, com discussões voltadas ao corpo e sexualidade.

<sup>81</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. Estudos Feministas. Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun, 2003, p.03.



período. O relato de Rosalina Leite (2003) nos ajuda na compreensão de como eram realizadas as escolhas dos temas:

A minha experiência como membro do Conselho Editorial de um desses jornais (o *Brasil Mulher*) permite observar que as pautas dos jornais alternativos feministas eram definidas em reuniões bem semelhantes às dos partidos clandestinos de esquerda, através de um acirrado debate político que envolvia a discussão de temas específicos e análises conjunturais e que podia durar dias. Processo semelhante era vivenciado nas eleições para compor os conselhos editoriais e as equipes de redação.<sup>82</sup>

Conforme Cardoso (2004), o *Brasil Mulher* pode ser dividido em fases: a primeira, caracterizada como “pré racha político”, é marcada pelo projeto iconográfico que valoriza a fotografia, “as capas traziam fotos de mulheres marcadas pelo tempo, pela pobreza e por sua condição social. As principais chamadas de matérias, geralmente três, emolduravam a foto. No interior do jornal a fotos ganhavam páginas inteiras e contavam histórias”<sup>83</sup>.

A capa da edição n.1 demonstra uma imagem significativa da nova proposta de representar a mulher brasileira, fugindo dos esteriótipos padronizados de beleza construídos pelas demais revistas femininas do período. A foto central da chamada da capa é de D. Gumercinda, “uma brasileira de mais de 100 anos, gesticulando, com seus cabelos brancos que escapam do lenço amarrado a cabeça, suas rugas”<sup>84</sup>. Logo abaixo, a legenda da capa reforça a presença e resistência diária das brasileiras na construção da sociedade que, em contraponto, as exclue por pertencerem as camadas populares, e pelo seu desgaste físico, devido a sua idade avançada: “O BRASILEIRO SOBRETUDO UM FORTE”.

---

<sup>82</sup> Idem, p.04.

<sup>83</sup> CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA – Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004, p.89.

<sup>84</sup> DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2002, p.69.

**Figura 5** – Edição n.1 do jornal *Brasil Mulher* de 1975.



**Fonte:** Acervo pessoal

Percebe-se que, a mesma imprensa feminista, da qual deveria conceder a palavra as mulheres de forma livre em espaços públicos, também reproduz uma representação masculina, pois a imagem (figura 5) estampada na capa: uma idosa, pobre, que pensa, fala e ouve (seu dedo indicador apontado) o Brasil, é ainda definida na chamada de capa pelo discurso universal, “O BRASILEIRO”.

Outros fatos marcam as demais fases do jornal, assim como sua periodicidade: a saída de Terezinha Zerbini já exposta na edição de n.2, o deslocamento da redação de Londrina para São Paulo, que se iniciou no n.5 se consolidando no n.7, e o racha político concretizado com a saída do grupo fundador do periódico.

E a edição de n.1 desse jornal saiu em dezembro de 1975, trazendo um balanço do Ano Internacional da Mulher. O periódico iria usar, pela primeira vez, a palavra 'feminismo' no número 2 publicado no início de 1976. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles, essa palavra incomodava até mesmo algumas das mulheres que compunham e colaboravam com o jornal, tratando o assunto com cautela<sup>85</sup>.

O primeiro racha aconteceu pela divergência de ideais entre Joana Lopes e Therezinha Zerbini, suas principais criadoras, e de quais os rumos o *Brasil Mulher* seguiria. Inicialmente, serviria para noticiar sobre a luta pela anistia defendida pelas duas, mas Joana Lopes decidiu ampliar as funções do jornal, criando uma imprensa direcionada às mulheres, com concepções e valores contrários as da imprensa feminina tradicional<sup>86</sup>. Porém, para Therezinha Zerbini, o jornal deveria se dedicar, exclusivamente, a luta do *Movimento pela Anistia*, que implicava de alguma forma pensar o momento político em que o país estava inserido, o de regime militar, contudo Joana Lopes incluiu e ampliou essa ideia para o cunho feminista.

Joana Lopes continuou sendo uma das principais editoras do jornal e Therezinha Zerbini, por sua vez, criou em 1977 o jornal *Maria Quitéria*<sup>87</sup>, dedicado a informar sobre lutas do Movimento Feminino pela Anistia, que, já em seu primeiro editorial, trazia a seguinte mensagem: “Nós não somos feministas. Somos sim pela ampla participação de mulher na vida econômica, social e política do país”<sup>88</sup>. Ainda segundo, Zerbini, (1979): “não faz sentido lutar como feministas quando o povo não tem pão nem liberdade”<sup>89</sup>.

Nota-se que as concepções feministas e a ideia de seu “caráter burguês” foram o principal ponto de discordância entre as duas idealizadoras do *Brasil Mulher*. Neste sentido, enquanto Zerbini desejava ter um boletim informativo voltado para a luta pela

---

<sup>85</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

<sup>86</sup> Segundo Dulcília H. Schroeder Buitoni a imprensa feminina tradicional resume o seu interesse para os temas ligados a moda, beleza, culinária, decoração entre outros, demonstrando pouca ligação com o momento atual abrindo uma exceção para as publicações sobre moda que nesse caso acompanham as estações do ano.

<sup>87</sup> O boletim *Maria Quitéria* foi publicado entre os anos de 1977 e 1979 e só foram editados durante, este período período quatro números: dois em 1977, um em 1978 e outro em 1979. Possuía uma tiragem reduzida e seus colaboradores eram pertencentes às classes políticas do país, por exemplo, políticos do MDB.

<sup>88</sup> Editorial. A nossa causa e o seu símbolo. *Maria Quitéria*. São Paulo, n.1, 1977.

<sup>89</sup> ZERBINI, Terezinha Godoy. *Anistia: Semente da Liberdade*. São Paulo, 1979, p. 38.

anistia, Joana Lopes ampliou essa ideia partindo da concepção de uma imprensa feminista, contrária ao formato da imprensa tradicional.

Depois da tiragem do n.3, a estruturação e seus respectivos responsáveis foram definidos, sendo o Conselho Editorial composto por: Joana Lopes, Lais Oreb, Lilá Figueiredo, Marina D'Andréa, Rosana de Lourdes Silva, Rose Marly Souza Serra, Therezinha Zerbini<sup>90</sup>; Diretora Responsável: Lais Oreb; Editora: Joana Lopez; Equipe de Edição: Branca Therezinha Ferrari, Elisabeth Lourenzotti, Giulia Di Vizia, Marina D'Andréa, Vassiliki Constantinidon; Colaboradores: Beatriz do Valle Burgieri, Maria de Lourde Leite, Maria Cecília Pires de Sá, Maria José de Azevedo Tania; Pesquisa: Roseane de Lourdes Silva; Ilustração: Lilá Figueiredo; Fotografia: Chico Rezende.

Outro caráter que podemos destacar do periódico é de seu jornalismo profissional, vindo da experiência vivida por uma de suas principais editoras, Joana Lopes, que desde 1975 já atuava como jornalista na *Folha de Londrina*, assumindo a linha editorial do *Brasil Mulher* até 1977. O jornal circulou até o ano de 1979 e ao total de sua trajetória, foram editadas 20 edições.

As características de produção e circulação do *Brasil Mulher* se relacionam em um primeiro momento, com a cobertura do movimento em favor da anistia, porém, com a saída de Therezinha Zerbini do conselho editorial, Joana Lopes ainda manteve este interesse, mas possibilitou a produção de um veículo voltado para discussões sobre assuntos políticos com a participação feminina, a cobertura do *I Congresso da Mulher Metalúrgica*, informações sobre a greve de 1979, etc, matérias voltadas às condições de trabalho e saúde das mulheres.

## **2.2 O NÓS MULHERES (1976-1978) E AS LUTAS BRASILEIRAS**

O jornal *Nós Mulheres*, publicou sua primeira edição em 1976 e circulou até 1978, nestes dois anos foram impressas oito edições. De acordo com Rosalina de Santa Cruz Leite (2003), as integrantes do jornal eram militantes “que voltam ao Brasil em

---

<sup>90</sup> Therezinha Zerbini deixou de colaborar com o *Brasil Mulher* já na edição n.2, mas seu nome foi impresso como membro do Conselho Editorial do jornal até a edição n.7.

meados de 1976, bem antes da Anistia, vinham decididas a editar um jornal feminista, de oposição, e que veiculasse as lutas sociais das mulheres”.<sup>91</sup>

Seu corpo editorial era constituído por estudantes de psicologia, comunicações, história, sociólogas e uma jornalista profissional, todas pertencentes às classes médias do país e semelhante ao *Brasil Mulher*, eram militantes feministas integrantes dos partidos políticos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Vanguarda Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Segundo Inês Castilho existem algumas controvérsias sobre o grupo fundador do *Nós Mulheres*,

Dois grupos reivindicam até hoje a fundação do *Nós Mulheres*: a Rachel Moreno e um grupo de exiladas meio capitaneado pela Maria Lygia Quartim de Moraes. Esse grupo de exiladas políticas que volta, composto também pela Lia Zatz, era ligado a alguma tendência política que até hoje não sei qual é... Talvez trotskista. Mas tem muita literatura falando disso, e sempre atribuindo a criação do jornal a esse grupo de exiladas. A Rachel Moreno se ressentia bastante de não ter sido reconhecida. A uma certa altura ela foi meio que expulsa do *Nós Mulheres*.<sup>92</sup>

Possuía como estruturação fixa: “Editorial”, “Daqui e Dali”, “Foto-Criação”, “Retalhos”, “Bate-Papo”, História em Quadrinhos da personagem Bia Sabiá e a seção de cartas.

O primeiro editorial do jornal *Nós Mulheres* rompe com a linguagem impessoal, utilizada pela imprensa tradicional ao se referir a suas leitoras na primeira pessoa do plural, “nós”, suas reportagens não eram assinadas e traziam também, como uma de suas reflexões, a luta pelas relações igualitárias entre homens e mulheres nos espaços públicos e privados,

NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto, não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

---

<sup>91</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. Estudos Feministas. Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun, 2003, p. 03.

<sup>92</sup> Entrevista de Inês Castilho concedida aos membros da *Revista Eletrônica Geni*. In.: PAULINO, Alcina; MENEGATTI, Carolina; ROSAS, Cecília; VISNADI, Marcos; SILVA, Pedro “Pepa”. *Fui lá e bati na porta*. *Revista Geni*: dá pra qualquer um/a. Revista eletrônica, n.25, 17/09/2015. Disponível em <http://revistageni.org/09/fui-la-e-bati-na-porta/> acessado em 06/12/2015.

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher. Queremos que este jornal seja mais uma destas poucas tribunas.<sup>93</sup>

Este primeiro editorial foi escrito por duas ex-militantes do *Debate*<sup>94</sup>, que retornavam do exílio, e tratava da dupla jornada de trabalho das mulheres, no lar e fora dele, propondo uma série de soluções por meio das políticas públicas, conforme relata Maria Lygia Quartim de Moraes sobre sua experiência na linha editorial do jornal,

Reunindo-se semanalmente para discussões de textos sobre a questão da mulher, as feministas dos *Nós Mulheres* divulgavam suas ideias participando de grupos comunitários e atuando nos sindicatos. Muitas faziam estudos universitários e escreviam sobre temas conexos ao feminismo. Participavam de fóruns mais amplos, que reuniam diversos tipos de grupos de mulheres e *last but not last*, davam festas animadas para coletar fundos. A cidade de São Paulo, sede do grupo, apesar de ser mais rica e desenvolvida do país, preservava os velhos preconceitos de que à noite as mulheres não saem sós. As jovens do *Nós Mulheres* gostavam de *épater les bourgeois*, andando em grupos de 10 e frequentando danceterias, bares e restaurantes. Assim, o que hoje são vistos como fatos corriqueiros, em meados dos anos 70, eram considerados comportamentos transgressores.<sup>95</sup>

Enquanto o *Brasil Mulher* tratava o tema feminismo com cautela, o *Nós Mulheres* já se identificava feminista, sem medo de “vestir a camisa”. Os editoriais e os artigos dos dois jornais retratam a participação ativa das mulheres na luta contra o regime militar, embora o *Brasil Mulher* ainda estava ancorado nas lutas políticas pela anistia, o *Nós Mulheres* tentava incluir o viés feminista em seus discursos, sua produção esteve mais próxima de suas militantes, todas oriundas dos partidos políticos de esquerda, mencionados anteriormente. A maior parte de seus artigos tratava de assuntos sobre política, trabalho, melhorias nas condições de vida das mulheres.

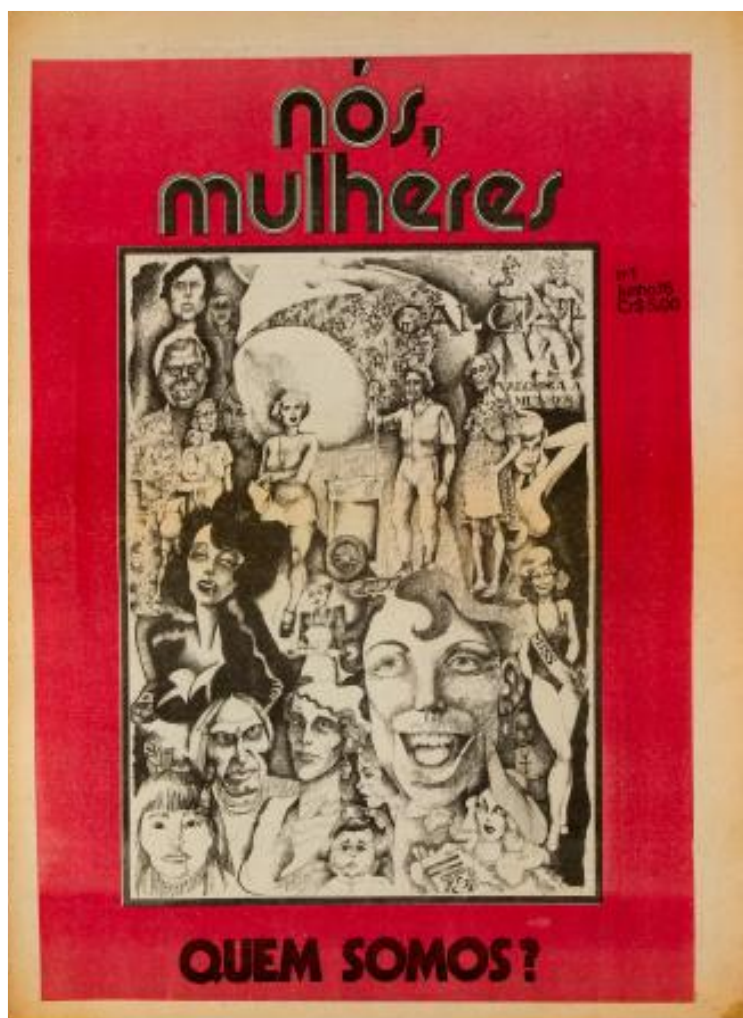
---

<sup>93</sup> Editorial. Quem somos? *Nós Mulheres*. São Paulo, n.1, junho 1976.

<sup>94</sup> No final da década de 1960 os brasileiros exilados na em Paris, organizaram o grupo *Debate* sob a liderança do professor de filosofia da USP e fundador do VPR, João Quartim. A publicação do grupo se posicionava em serviço da “reorganização dos comunistas” brasileiros, atuou até meados de 1979.

<sup>95</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Feminismo e Política: dos anos 60 aos nossos dias*. Estud. Sociol., Araraquara, v.17, n.32, p107-121, 2012, p.117

**Figura 6** – Edição n.1 do jornal *Nós Mulheres* de 1976



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

Tinha em seus escritos uma forte influência do feminismo francês, juntamente com o marxismo, esta devido a experiência do exílio, pela qual estas mulheres passaram em meados da década de 1970, em Paris, na França, do Círculo de Mulheres Brasileiras, cujo objetivo era a discussão das questões de gênero atreladas às lutas de classes.

Pelo fato de ser elaborado por um coletivo, *Nós Mulheres*, não possuía seu projeto centralizado na figura de uma única pessoa, como é o caso do *Brasil Mulher* que inicialmente esteve ligado a trajetória de Joana Lopes, uma de suas principais editoras. Mas podemos entre suas participantes, destacar alguns nomes: Mariza Corrêa, Maria Lygia Quartim de Moraes, Rachel Moreno, Cynthia Sarti e Maria Inês Castilho. E outras associações e grupos de mulheres das diversas regiões do país que colaboraram: Grupo

Feminista de Belo Horizonte, Centro Acadêmico Armando Salles Oliveira/ São Carlos (CAASO), Associação das Mulheres da Bahia, Clube de Mães da Zona Sul, etc.

Para Dulcília Buitoni (1981), o caráter artesanal de sua produção contribuiu para o tratamento que o jornal desejava oferecer as suas leitoras, uma forma mais íntima e com um aspecto de companheirismo capaz de compartilhar as experiências do cotidiano, buscando também a aproximação com as classes populares, “tentava-se redigir textos que pudessem ser entendidos pelo povo, usava-se ilustrações, fotos, etc., com esta intenção; mas era um processo sem muito ‘feed back’: não havia como verificar a penetração ou não do veículo em camadas populares”<sup>96</sup>.

Tanto o *Nós Mulheres* quanto o *Brasil Mulher* colaboraram na divulgação dos demais jornais produzidos pela imprensa alternativa e que circulavam no período, publicando em suas páginas as logomarcas dos outros veículos da chamada “imprensa independente”:

**Figura 7** – Divulgação dos demais periódicos da imprensa alternativa realizada pelo jornal *Nós Mulheres*, n.3 de 1977.



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

<sup>96</sup> BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. Op. cit., 107.



Dentre as características deste jornal está a ausência de assinaturas nas reportagens, pois o mesmo texto podia ser refeito inúmeras vezes, conforme explica Maria Lygia Q. de Moraes (1990), “sua produção parecia mais próxima da subjetividade de suas militantes, que estavam mais empenhadas em informar e debater do que com as ‘burocracias de fazer jornal’”<sup>97</sup>.

Em comemoração ao aniversário de um ano, o editorial do n.5 narrou alguns fatos marcantes do início do projeto, desde o medo da falta de experiência de suas integrantes até a consolidação de um espaço de trabalho,

Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. (...) Um jornal que debatesse a situação da mulher brasileira estava destinado ao fracasso, segundo alguns, e ao ridículo segundo outros. Mesmo entre nós havia reserva ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. O grupo de NÓS MULHERES formou-se em torno da ideia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. Respeitar opiniões diferentes das nossas; aceitar a lentidão das decisões que tinham de ser tomadas por todo o grupo; formar um sistema de trabalho. Foi um processo longo em que algumas mulheres saíram, outras se aproximaram. Deixamos um porão frio e úmido e viemos para a sala clara e arejada onde agora trabalhamos. Um bebê nasceu, outros dois estão a caminho. E, como um recém-nascido, as maiores dificuldades foram vencidas no primeiro ano de vida. Estamos aprendendo a caminhar.<sup>98</sup>

As temáticas específicas, ligadas ao assunto mulher e publicizadas com maior frequência nas pautas do *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, de uma maneira geral, eram: trabalho feminino, anistia, direitos reprodutivos, saúde da mulher, questões ligadas às mulheres negras e a luta pela criação de creches. Discussões envolvendo a sexualidade e o prazer feminino eram realizadas de forma tímida nesses dois jornais, “o *Nós Mulheres*, apresentava as temáticas relacionadas à sexualidade sob a forma de esquemas

---

<sup>97</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista nos anos setenta*. São Paulo: UNESP – Araraquara, 1990, p.25.

<sup>98</sup> Editorial. *Nós Mulheres*. São Paulo, n.5, junho/julho, 1977.

pedagógicos, enquanto o *Brasil Mulher*, possuía uma postura de denúncia às formas de violação à sexualidade feminina”<sup>99</sup>.

Essa postura é adotada porque a base das atenções da imprensa feminista alternativa estava nas mulheres trabalhadoras e suas diversas áreas de atuação: operárias, empregadas domésticas, costureiras, prostitutas, enfim.

Com o fim da publicação do *Nós Mulheres*, algumas de suas idealizadoras passam a contribuir com o projeto do jornal *Brasil Mulher*. O encerramento da trajetória dos dois jornais foi marcado pelas discordâncias entre suas editoras acerca das estratégias políticas, da mulher “vítima do capitalismo e do patriarcado”. Uma parcela de suas produtoras pelo afastamento por afastar-se da militância política de esquerda, passando a atuar em áreas profissionais como professoras universitárias, médicas, pesquisadoras etc.

O processo de redemocratização do país fortaleceu alguns planos realizados por esses dois grupos de mulheres (do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*), promovendo algumas transformações como a criação das campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres justificadas pelos “crimes de honra”. Outra contribuição para a consolidação e profissionalização dos movimentos feministas nas áreas políticas, sociais e culturais da sociedade foram as atividades financiadoras de algumas instituições do Brasil, apoiadas por órgãos estrangeiros, como a Fundação Ford, Rockefeller e MacArthur<sup>100</sup>. A partir daí, os projetos dos grupos feministas se enquadrariam no âmbito da legalidade, com as regras jurídicas, assim sendo, esses financiamentos contribuíram a uma oferta cada vez maior de serviços para as mulheres.

Nosso interesse, esta delimitado a contribuição da Fundação Carlos Chagas, juntamente com a Fundação Ford, para os projetos voltados às pesquisas desenvolvidas inicialmente sobre os estudos das mulheres e, logo em seguida, das relações de gênero, com a produção do jornal *Mulherio*, herdeiro do *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, como veremos adiante.

---

<sup>99</sup> BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil - anos 1960 – 1980*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2007, p.112.

<sup>100</sup> A The John D. And Catherine T. MacArthur Foundation auxilia pessoas criativas e instituições efetivas que trabalham na defesa dos Direitos Humanos, apoiando projetos e ações que promovem melhorias nas condições humanas. É uma organização privada sem fins lucrativos, com sede em Chicago.

### 2.3 AS AGÊNCIAS DE FINANCIAMENTO E OS SEUS INTERESSES PELAS PESQUISAS SOBRE AS MULHERES

A partir da década de 1980, as mulheres consolidaram o campo de estudos acadêmicos sobre as relações de gênero, visibilizando suas ações como sujeitos históricos, além de lutarem contra problemas ligados às desigualdades sociais e à falta de representação política administrativa nos espaços públicos.

O interesse da Fundação Carlos Chagas em apoiar pesquisas relacionadas às mulheres surgiu na década de 1970, com a constituição de um grupo informal organizado por Carmem Barroso, Fúlvia Rosemberg, Maria Malta Campos, entre outras pesquisadoras, formando o Coletivo de Pesquisas sobre a Mulher que realizou diversos eventos tanto na esfera acadêmica como política.

Um ponto importante do estabelecimento de uma área de estudos gênero e seu financiamento, foi o reconhecimento de algumas feministas: Heleieth Saffiotti, Eva Blay, Carmem Barroso, entre outras pesquisadoras, já estabelecidas em núcleos<sup>101</sup> de pesquisas de diversas regiões do país. No ano de 1981, elas já estavam organizadas no Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), da Universidade Federal do Ceará, e no Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Essas mulheres, logo em seguida, iriam compor o Conselho Editorial do jornal *Mulherio* (1981-1987).

Criada em meados da década de 1960, na cidade de São Paulo, a Fundação Carlos Chagas foi uma das soluções encontradas para a necessidade de qualificar métodos eficientes na seleção de alunos para o nível superior por meio dos vestibulares. Inicialmente, seu projeto tinha como base abranger exames no conjunto das áreas biológicas. Em 1963, criou-se o Centro de Candidatos às Escolas Médicas e Biológicas (CESCEM) que, em seguida, se constituiria como a Fundação Carlos Chagas, uma instituição preocupada com a pesquisa científica em torno dos processos das avaliações educacionais. A Fundação objetiva proporcionar apoio e condições para a realização das pesquisas na área educacional nas décadas de 1960 e 1970, onde estas, de certa maneira,

---

<sup>101</sup> Para Céli Regina, esses núcleos são estabelecidos no país em virtude das “a dificuldades de entrar na estrutura mais pesada das universidades”, já que naquele momento os estudos das mulheres, com algumas exceções, conseguiram institucionalizar-se em alguns cursos, departamentos e programas de pós-graduação. PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 88.

eram escassas e pouco valorizadas. Assim, com esta prática poderiam colaborar para a formação de novos pesquisadores, conforme expõe Bernadette A. Gatti, na coletânea publicada em 2004, para a comemoração dos 40 anos da Fundação Carlos Chagas:

A preocupação com a pesquisa científica acerca dos processos em avaliação educacional faz com que se estruture nessa instituição, no início da década de setenta, um departamento que incorpore as pesquisas em desenvolvimento e que assume outros projetos de pesquisa educacional e social. Esse departamento põe-se como um centro de investigação científica independente de qualquer universidade, de qualquer outra instituição, ou de qualquer órgão público, e, em sua trajetória, vai construir conhecimentos e dialogar com a sociedade, governo, universidades, comunidades.<sup>102</sup>

Inevitavelmente, o grupo de pesquisadoras/os integrantes da Fundação, cresceu e suas metodologias foram se aperfeiçoando por meio da exposição de seus trabalhos em seminários, encontros, cursos e publicações em revistas científicas. Gerando, assim, um diálogo com as áreas educacionais e também sociológicas.

A incorporação das temáticas de gênero, raça, políticas educacionais trouxe um diferencial aos grupos de pesquisas que, atualmente, estão organizados em cinco eixos temáticos: Avaliação Educacional; Educação Infantil: políticas e práticas; Políticas e Práticas da Educação Básica e Formação de Professores; Representações Sociais, Subjetividades e Educação; Gênero, Direitos Humanos e Raça/Etnia.<sup>103</sup>

A contribuição da Fundação às pesquisas voltada aos estudos de gênero ocorre por meio de dois programas: o Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira – Incentivo e Formação em Pesquisa sobre Mulheres e do Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR).

Desenvolvido entre 1978 e 1998, o Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira foi responsável pela criação do modelo utilizado para a realização das pesquisas na área de estudos de gênero por diversos outros programas,

O formato organizacional do Programa envolveu uma metodologia inovadora que se tornou modelo para outros programas. Entre outras atividades, destacam-se a instituição de uma comissão organizadora e de um corpo de assessores *ad hoc*, recrutadas nas diferentes instituições acadêmicas do país, que garantiram uma minuciosa seleção, em duas etapas, dos melhores projetos. Incluiu, também, a realização de seminários com bolsistas, a organização de

---

<sup>102</sup> GATTI, Bernardete A. Apresentação. In.: COSTA, Albertina de Oliveira (Org.) *Uma história para contar*: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004, p.10.

<sup>103</sup> Disponível em <http://www.fcc.org.br/fcc/projetos-e-pesquisas/grupos-de-pesquisa>.

seminários de avaliação da área com a participação de coletâneas com os resultados das pesquisas e dos seminários.<sup>104</sup>

Outro fruto vinculado à Fundação Carlos Chagas e às parcerias estabelecidas nesses eventos de divulgação das pesquisas foi à publicação da *Revista Estudos Feministas*. As justificativas para sua publicação estão baseadas em dois argumentos:

a inexistência no Brasil de uma revista acadêmica que cumprisse a função de divulgar, ampliar e aprimorar a reflexão sobre gênero, ausência inexplicável, uma vez que estes campos de estudos havia demonstrado um crescimento vigoroso e vinha contribuindo para a renovação das Ciências Sociais. O segundo argumento vinha refinar o anterior, partia da constatação que ao expressivo crescimento da literatura acadêmica sobre gênero correspondia uma circulação relativamente marginal desta produção restrita aos estudiosos da temática.<sup>105</sup>

Dessa maneira, a *Revista Estudos Feministas* inicia sua trajetória no Rio de Janeiro, com uma proposta inicial de ser a porta-voz das pesquisadoras de estudos de gênero, sem vinculação a nenhuma instituição específica.

Contribuiu também para a constituição de uma área de pesquisa sobre as relações de gênero o impulso que as Ciências Sociais e Humanas tomaram durante as décadas de 1970 e 1980, com a consolidação de um sistema de pós-graduação que passou a capacitar seus profissionais, utilizando recursos provenientes da Fundação Ford, juntamente com outras instituições nacionais. Deste modo, os estudos de gênero iniciaram sua trajetória em busca da institucionalização do campo, reunindo-se aos interesses da Fundação Ford em especializar os trabalhos acadêmicos e contribuir para a diminuição das desigualdades sociais com o criação de políticas públicas, visto que, “já nos anos 70, o Brasil foi identificado pela Fundação Ford como o país onde o interesse pela pesquisa e a variedade de pesquisadores voltados aos estudos das mulheres estavam mais desenvolvidas do que nos outros países da América Latina”<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup> SORJ, Bila. *Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país*. COSTA, Albertina de Oliveira (Org.) *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004, p.120.

<sup>105</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. *Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro*. Estudos Feministas, Florianópolis 12 (N.E.): 264, setembro/dezembro, 2004, p.208.

<sup>106</sup> HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. *Estudos de gênero no Brasil*. In.: MICELLI, Sérgio (orgs.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. ANPOCS, CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p.190.

A Fundação Ford atua no Brasil desde 1962 investindo nas produções científicas de áreas acadêmicas. Mas, foi, sobretudo, a partir dos anos de 1970 que ela voltou sua atenção aos “estudos sobre mulher” realizados pelas feministas brasileiras. No entanto, seu sistema de financiamento de pesquisas já se encontrava havia um tempo, estabelecido nas instituições de ensino de nível universitário do Brasil, porém essas primeiras pesquisas voltadas às temáticas femininas obtiveram financiamento dos órgãos estatais, constituídos por projetos individuais, iniciativas estas que serviram para a construção da autonomia das pesquisadoras, caráter que foi sendo moldado pela preferência aos trabalhos realizados em grupos ou coletivos de mulheres.

Algumas explicações sobre o interesse da Fundação Ford pelos estudos sobre mulher são cogitadas por algumas pesquisadoras da temática e que atuaram naquele período com o apoio dos financiamentos.

Somava-se uma estranheza adicional: contrariamente aos órgãos estatais de financiamento, a Ford tinha uma política explícita de apoio. Embora a busca ativa de instituições e projetos promissores fizesse parte da estratégia geral dos representantes da Ford, esse estilo de atuação era percebido como específico em relação à questão da mulher e exigia explicação. E as explicações imediatas vieram se somar às atitudes prevalecentes, segundo as quais “feminismo era coisa de mulher burguesa”, e estratégia diversionista para esvaziar a “luta geral”.<sup>107</sup>

Mas essas explicações ignoram a crescente participação feminina nos movimentos sociais nesse período, além do interesse do governo e das instituições fomentadoras na questão demográfica, pois a elevação da condição social da mulher contribuía para a redução da taxa de natalidade.

Programa de Relações de Gênero – nome adquirido após 1991 – inicialmente foi intitulado de Programa de Estudos sobre Mulher, Educação e Trabalho, por conta da divergência sobre a utilização da palavra “mulher”, questionava-se sua abrangência a todas, já que deixava de lado suas visíveis diferenças teóricas, sociais, culturais e econômicas. Porém, utilizou a denominação “estudos sobre mulher” até a década de 1970, para as pesquisas e análises realizadas sobre esse grupo social invisibilizado historicamente pelo patriarcado. Quando percebem a ausência de elementos capazes de compreender aspectos relacionais e sociais da construção do feminino e masculino,

---

<sup>107</sup> COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. *Pesquisa sobre mulher no Brasil do limbo ao gueto?* Cadernos de Pesquisa, São Paulo (54), pp.5-15, agosto de 1985, p.12.

gradativamente, a partir da década de 1980, essa nomenclatura ou o termo foi substituído pela categoria gênero, já discutida anteriormente.

Como atividade central, o Programa de Relações de Gênero, juntamente com o apoio da Fundação Carlos Chagas e o financiamento da Fundação Ford, realizou oito concursos de pesquisa no início da década de 1980, que obtiveram como resultado 170 projetos de pesquisa apoiados pela Fundação Carlos Chagas.

O tema mulher foi adquirindo novos espaços para a visibilização de suas discussões e, nesse período de inserção no campo das ciências sociais, os trabalhos científicos realizados pelas feministas tinham como objetivos: a denúncia do viés masculino na produção científica e a necessidade de abordagens adequadas na compreensão das mulheres como sujeitos de um grupo social oprimido.

As experiências do cotidiano eram valorizadas para a interpretação da comum condição de opressão e dominação, cujas explicações remetiam às análises dos conceitos de patriarcado ou propriedade privada. Os projetos apoiados pela Fundação Carlos Chagas tinham como objetivo:

- 1- registrar as condições de vida das mulheres invisibilizadas pela dominação masculina;
- 2- dar voz às mulheres, através dos relatos bibliográficos que revelassem a condição de opressão e exploração à qual estão sujeitas;
- 3- recuperar do anonimato mulheres que se destacaram na defesa dos direitos das mulheres e,
- 4- intervir em grupos de mulheres, através de “pesquisa-ação”, com o objetivo de conscientizá-las.<sup>108</sup>

Os três primeiros concursos foram coordenados por Carmem Barroso, e os outros cinco por Cristina Bruschini, duas das pesquisadoras da primeira geração do movimento feminista. Como exemplo de proposta apresentada no 1º concurso podemos citar o estudo sobre sexualidade feminina, cuja metodologia consistia em histórias de vida com o objetivo de provocar um processo de tomada de consciência das mulheres em relação a si mesmas e ao mundo. As autoras do projeto são Branca Moreira, Jacqueline Pitanguy, Leila Barsted, Maria Luiza Heilborn, Maria Ribeiro e Sandra Boschi.

Elas já vinham se reunindo em “grupos de reflexão” feministas estabelecidos no Rio de Janeiro. Estes grupos – discutidos no capítulo anterior – possuíam como

---

<sup>108</sup> SORJ, Bila. *Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país*. Op. cit., p.126.

características comuns a ausência de uma formalização organizacional interna, as reuniões eram centradas em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem uma exposição preparada.

As propostas apresentadas inicialmente para o Programa de Relações de Gênero, já consolidado na Fundação Carlos Chagas como um campo para as pesquisas sobre a condição da mulher, demonstram uma preferência por alguns métodos como os quantitativos, as histórias de vida, fontes orais, pesquisa e ação, além da observação participante, metodologias utilizadas principalmente nas ciências sociais, que, por sua vez, objetivavam realizar a mudança social desses grupos de mulheres.

Outras marcas dos trabalhos apresentados nos concursos estavam em seu aspecto monográfico que descrevia a situação de mulheres das classes populares e sua atuação no mercado de trabalho, “o grande interesse pelas mulheres das classes populares refletia a força de sua presença na cena pública, nos anos 1980, em movimentos sociais, particularmente nas periferias das grandes cidades e nas organizações sindicais”<sup>109</sup>.

Algumas das formas de proporcionar visibilidade às propostas vencedoras nos concursos estão presentes nas publicações da *Revista Espaço Femininos*, do Rio de Janeiro (discutida anteriormente), e dos *Cadernos de Pesquisa* (1971 – 1991), da própria Fundação Carlos Chagas. Duas de suas pesquisadoras (Albertina de Oliveira da Costa e Cristina Bruschini) relatam a importância da produção científica dos *Cadernos de Pesquisa*,

Os artigos demonstram atualização e sintonia com a discussão teórica internacional, onde os paradigmas explicativos das ciências humanas vinham sendo duramente questionados por ocultarem a presença feminina. Não se trata, no entanto, de textos de denúncia do sexismo, mas de artigos que discutem resultados de pesquisas revelando um trabalho afinado de equipe desenvolvido na Fundação Carlos Chagas, instituição onde, desde 1974, tinha lugar um seminário de estudos sobre mulher reunindo pesquisadoras da casa e especialistas convidados, num produtivo diário interdisciplinar.<sup>110</sup>

A trajetória dos *Cadernos de Pesquisa*, criado em julho de 1971 e que circulou até agosto de 1991 como uma publicação trimestral, demonstram a preocupação

---

<sup>109</sup> Idem, p.128-129.

<sup>110</sup> COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma contribuição ímpar: os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.80, p.91-99, fevereiro de 1992, p.91.



em imprimir as indagações dos “estudos que destacam a variável sexo, examinam o papel da mulher, a situação da mulher, as diferenças sexuais, os estereótipos sexuais, os papéis sexuais, desvendam a mulher para o olhar científico”<sup>111</sup>. Essas perspectivas abordam diferentes teorias: psicologia, sociologia, educação entre outras.

O sucesso do Programa de Relações de Gênero capacitou a Fundação Carlos Chagas a sediar o Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR), de 1999 a 2003, sob o financiamento da Fundação MacArthur. Podemos considerar a contribuição do PRODIR, na construção de um modo alternativo com as questões da sexualidade e reprodução, empregando uma concepção educacional e a troca de experiências entre suas pesquisadoras.<sup>112</sup>

Com a publicação das bibliografias anotadas, um centro de documentação, dois programas de pesquisa, a *Revista Espaço Feminino* e o *Cadernos de Pesquisas sobre mulher e ciência*, os estudos sobre a mulher vão adquirindo visibilidade, sendo introduzidas em novos espaços.

A consolidação dos grupos de reflexão em Coletivos de Mulheres apoiados e financiados pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, contribuiu para a ampliação e publicização dos projetos, unindo a necessidade de se produzir ciência através da transformação social, “os estudos sobre mulher da década de 1980 construíram, ao mesmo tempo, uma área de pesquisa e um modelo de representações das mulheres como uma comunidade de iguais”<sup>113</sup>.

Conforme estes concursos foram se aprimorando em seus objetivos e metodologias, o leque de possibilidade da realização de novos projetos se estendeu, obtendo sua efetivação com a concretização da publicação do jornal feminista *Mulherio*, que circulou de 1981 a 1987.

Sendo resultado da institucionalização dos grupos feministas e da inserção dos “movimentos interclasses” nos debates, *Mulherio* trouxe em suas páginas uma linguagem baseada na nova forma de falar sobre mulher por meio das relações de gênero, embasadas nas discussões do feminismo, que, agora, se organizavam em prol de

---

<sup>111</sup> Idem, p. 92.

<sup>112</sup> Não focalizaremos suas demais contribuições neste trabalho, pois o período de sua atuação foge do recorte temporal dessa pesquisa.

<sup>113</sup> SORJ, Bila. *Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país*. Op. cit., p.131.

reivindicações voltadas às classes populares, assim como os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

Desse modo, na década de 1980, novos temas surgem nas pautas dos debates feministas: direito ao corpo, sexualidade, entre outras. Assim, podemos dizer que os movimentos feministas existiam no Brasil de forma fragmentada, mas, expressando-se de diversas maneiras e em vários espaços, entre estes o da imprensa.

O jornal *Mulherio* (1981-1987), desenvolvido por um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, juntamente com o financiamento da Fundação Ford, deve ser considerado uma publicação que não desejava se associar aos discursos políticos do período, e trazia em seu editorial várias representações de figuras femininas que tentavam romper com os padrões tradicionais impostos às mulheres; pretendiam ultrapassar o caráter privado das discussões, trazendo à tona assuntos considerados polêmicos no período (sexualidade, direito ao corpo, violência contra a mulher, etc.), tendo em vista que o Brasil estava se libertando da ditadura militar mas, que ainda deixava seus resquícios.

Esse discurso jornalístico presente no *Mulherio* foi construindo seu espaço no decorrer dos séculos e, assim, constituindo seu público leitor: as mulheres. Pois, como observa Tania Regina de Luca (2006), “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”<sup>114</sup>. No entanto, a história das mulheres em si foi, por muito tempo silenciada e pouco registrada.

Sua inserção tardia no universo das letras é justificada pela preponderância da atuação masculina nas produções literárias. Conforme Michele Perrot (1998),

Inicialmente a imprensa é um mundo masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando. Não sem dificuldade. Os cafés, círculo e clubes, as salas de leitura, onde se lêem principalmente os jornais, são reservados aos homens. Todavia, as mulheres insinuavam-se no jornal pelos rodapés – a parte de baixo das páginas dos jornais – que lhes era progressivamente reservados, sob forma de crônicas de viagens ou mudanças e sobretudo de romances-folhetins, cada vez mais femininos por suas intrigas, suas heroínas e até por sua moral. Mesmo assim, esse prazer da leitura continuava sendo um prazer escondido...<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 140.

<sup>115</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 77-79.

No entanto, sua presença foi sendo mais visível nos jornais a partir do século XX, no qual elas se tornaram mediadoras dos discursos femininos, pois a imprensa feminista que se forma direcionada às mulheres tem mais engajamento. Ainda segundo Perrot (2007), “as feministas têm consciência do papel da imprensa na opinião pública. Elas tomam essa tribuna com profissionalismo e também com muito idealismo”<sup>116</sup>.

Esses jornais da imprensa feminista e alternativa – como é caso do *Mulherio* – possuem seus propósitos políticos e militantes. Cada jornal, ao seu modo, discutiu as questões de gênero como forma de pensar a situação da mulher na sociedade, embora essa categoria não apareça de forma clara nas publicações.

Neste capítulo, buscamos demonstrar alguns aspectos gerais sobre os feminismos pensados pelos dois jornais precursores do *Mulherio*: *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*. Reconhecendo as tensões que envolviam estes periódicos e suas múltiplas formas de pensar a mulher. O desafio a seguir será verificar se o jornal *Mulherio* conseguiu de fato atingir um outro grupo de mulheres que não fazia parte dos movimentos feministas de discussões dos meios acadêmicos – como era seu desejo inicial –, compreendendo como seu discurso sobre a questão feminina atingiu um projeto político de transformação social na história das mulheres brasileiras.

---

<sup>116</sup> PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p.34.

## CAPÍTULO III

### ***MULHERIO: “UMA GRANDE PORÇÃO DE MULHERES”*<sup>117</sup>**

“Às trabalhadoras do campo  
sem banheiro, creches ou garantias de trabalho.  
Às trabalhadoras da rua do sexo,  
sequer consideradas.  
Às presas e “loucas” encarceradas.  
Às trabalhadoras da beleza:  
artesãs, músicas, dançarinas, atrizes, fotógrafas,  
cineastas, escritoras, artistas plásticas e gráficas.  
Irmãs brancas, negras, pardas, cafusas, amarelas.  
E a nossos homens...”  
(*Mulherio*, 1985, n.21)

As mulheres sempre participaram de forma ativa em veículos da imprensa alternativa, buscando outros espaços onde seus ideais pudessem entrar no jogo das disputas simbólicas. Segundo Michelle Perrot (1998), as expressões constituídos por elas em alguns periódicos são exemplos dessa resistência à opressão

As mulheres começam a escrever na Grã-Bretanha, mas também na França e na Itália, primeiro na imprensa de moda, como redatoras e até como diretoras. Ao lado da moda propriamente dita abrem-se outras rubricas: conselhos, narrativas de viagem, notícias... No século XIX, *Le Journal des Dames* e *Le Journal des Demoiselles* são autênticas revistas femininas, relativamente abertas e dotadas de correios das leitoras, que esboçam uma rede.<sup>118</sup>

A própria imprensa alternativa feminista é assim, um importante motor de mudanças na esfera simbólica e de apropriação da esfera pública, “fazer um jornal tornou-se um modo de expressão do feminismo em quase toda a Europa”<sup>119</sup>.

Esse capítulo se baseia no surgimento do jornal *Mulherio*, que circulou entre os anos de 1981 e 1987, em todo o território brasileiro, levando em conta a composição do seu Conselho Editorial, todas pesquisadoras e integrantes de “grupos de reflexão”, com experiências trazidas de outros jornais da época.

---

<sup>117</sup> Título extraído do *Mulherio*, edição n.0, 1981.

<sup>118</sup> PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 80.

<sup>119</sup> Idem, p.82.

Para além, o jornal *Mulherio* deve ser compreendido como um instrumento construtor de espaços de sociabilidade que, por meio de suas publicações, questionou e debateu as perspectivas feministas na sociedade brasileira e, em alguns casos, até de outros países, como também se constituiu em espaço de resistência e luta em defesa das mulheres, incorporando, via processos midiáticos, reivindicações e denúncias de sua situação.

Também devemos nos atentar para as relações de poder e saber estabelecidas nesse processo, haja vista que, algumas vezes, deixamos de “ver” seus aspectos de disciplinamento, de discursos e silêncios. Como afirma Ana Maria Colling (2014), “analisar quem a história convoca ou silencia nos seus textos discursivos deveria ser uma tarefa permanente do historiador”<sup>120</sup>.

Tentaremos assim responder alguns questionamentos: qual é o feminismo abordado nas páginas impressas do periódico? Quais as leituras circuladas nas reportagens e qual sua influência nas obras produzidas e publicadas pela Fundação Carlos Chagas, juntamente com o apoio de algumas editoras?

Os resultados dessas respostas facilitarão a compreensão dos discursos produzidos no periódico, pois cada palavra e seu sentido possuem uma dinâmica própria em cada espaço e tempo.

A partir da perspectiva de uma “nova linguagem” pensada por Adélia Borges –primeira editora chefe do *Mulherio* –, suas pautas referentes às mulheres publicadas em algumas edições do jornal, podemos conhecer e analisar as representações femininas presentes nas suas páginas e quais eram as intenções dos sujeitos que participavam de sua composição, analisando através de seus discursos se estes constituíam práticas específicas, que determinaram seu campo de atuação no que se refere à imprensa alternativa. Além disso, é oportuno saber o objetivo da publicação a partir de seu posicionamento perante a notícia.

---

<sup>120</sup> COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes e discursos iguais: a construção do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014, p. 33.

### 3.1 MULHERIO (1981-1987) TOMA CORPO E FORMA

O jornal *Mulherio* circulou entre os anos de 1981 e 1987, tendo mais duas edições, mas com outro nome: *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura* (1988). É considerado herdeiro do *Brasil Mulher* (1978-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978).

Vale ressaltar que o momento de criação do *Mulherio* é totalmente diferente de seus precursores *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*: o Congresso já havia aprovado a Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979; e os partidos políticos de esquerda já viviam um período de legalidade.

Surge, inicialmente, como um boletim informativo criado pelas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas e para uma eventual circulação entre os núcleos de pesquisas estabelecidos pelo Brasil, com temáticas voltadas ao trabalho feminino, liberdade sexual, igualdade de direitos, políticas públicas e violência contra as mulheres. Devido ao sucesso de sua edição inicial e a parceria com a Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, que garantiram sua tiragem por um ano e meio, transformou-se em um jornal bimensal, vendido nas bancas de jornais, passando a noticiar assuntos relacionados a condição das mulheres em várias áreas.

*Mulherio* tem sua primeira edição datada de março/abril de 1981, quando o Brasil passava por um importante momento de sua história, o da transição da democracia. Já fazia algum tempo que as mulheres de vários grupos sociais uniam forças para reivindicar seus direitos políticos, econômicos e sociais

As mulheres têm sido importantes atores na transição para a democracia no Brasil. Desde os meados da década de 70, tanto mulheres de classe média, com formação superior, quanto mulheres pobres, de pouca instrução, têm organizado movimentos para pressionar o sistema político brasileiro com reivindicações políticas específicas de gênero. (...) A liberalização política ou abertura no Brasil parece ter criado um espaço político maior para a participação política da mulher e para a articulação de reivindicações políticas específicas de gênero.<sup>121</sup>

Constituído os campos de atuação do periódico, existiam ainda as insatisfações referentes às formas como os meios de comunicação representaram as mulheres, motivo que também impulsionou as criadoras do jornal, conforme aponta Adélia Borges, uma das primeiras editoras do *Mulherio*,

---

<sup>121</sup> STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Tradução Ana Luíza Pinheiro ... (et al.) – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.316.

os meios de comunicação social em geral apresentam as mulheres como boneca sem cabeça, ou cabeças sem corpo, ou sexo sem resto. Mas alguma mulher mesmo a que mais exacerba em sua personalidade um ou outro lado de seu ser – pode se ver refletida neste espelho?<sup>122</sup>

Adélia Borges se refere aos meios de comunicação sociais como espelhos que devem refletir o perfil de suas leitoras, quando, na maioria dos casos, o que eles reproduzem são reflexos prontos de padrões de comportamentos para serem seguidos. Por isso, “a busca de uma linguagem própria e o exercício da democracia” são questões colocadas nas pautas do periódico: “a tentativa de ser um espelho fiel, que retrate mulheres reais, inteiras, com todas as suas contradições, desejos, conquistas, problemas”<sup>123</sup>.

O jornal foi produzido em bases mais profissionais do que os anteriores (*Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*), pois, além de possuir uma equipe técnica constituída por professoras, jornalistas e pesquisadoras, suas matérias eram assinadas, buscando assim uma padronização das seções que delimitavam os assuntos tratados.

Basicamente, era dividido em seis partes, após a capa: **Cartas, Editorial, Artigo de Fundo, Mulheres em Ação, Pesquisas e Leitura**, sempre interligadas por um tema específico, como, por exemplo, Violência (ed. n.2), Política (ed. n.3), Creches (ed. n.4), Corpo (ed. n.5); seguido de reportagens sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo, e a divulgação de novos grupos e suas reivindicações. Tais seções ocupam de seis a oito páginas. A parte cultural abordava lançamentos de livros, filmes, peças, entre outras; e as charges que ilustravam as páginas do jornal.

Sua equipe editorial possuía uma coordenadora do projeto e uma psicóloga, ambas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas; uma jornalista contratada para desenvolver a edição geral, e outra encarregada da edição de arte do jornal, além de uma secretária, incumbida da parte administrativa. As matérias eram redigidas por colaboradoras que trabalhavam voluntariamente ou sub-remuneradas.

Sua trajetória pode ser dividida em três fases, sendo a primeira de março de 1981 a setembro de 1984, e que tinha o corpo editorial liderado por Fúlvia Rosemberg e

---

<sup>122</sup> BORGES, Adélia. *Mulherio, um jornal feminista*. In.: *Revista Comunicação & Sociedade*. Cortez Editora, Ano IV, n.8, novembro de 1982, p.125.

<sup>123</sup> Idem.

Adélia Borges, reunindo discursos das várias vertentes dos movimentos feministas brasileiros, sem tomar um posicionamento específico. Já a segunda fase tem seu início em maio de 1984 e permanece até abril de 1988, e pode ser caracterizada pela interrupção de 07 meses na sua periodicidade. E, enfim, a terceira fase compõe meses de junho e julho de 1988, é atribuída há mudança de nome e perfil do jornal que passa se chamar *Nexo-Feminismo, Informação e Cultura*.<sup>124</sup>

Na primeira fase do jornal *Mulherio* seu Conselho Editorial foi composto por 16 mulheres, consideradas pioneiras nas lutas feministas: Carmem Barroso, Carmem da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Maltas Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Penha, Marília de Andrade, Mariza Correa e Ruth Cardoso. A direção editorial deste período ficou a cargo de Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg.

A justificativa para escolha do nome do jornal levanta as discussões referentes aos significados dados a palavra “mulher” no famoso dicionário *Aurélio*, sempre ligados a termos pejorativos ou de inferioridade. *Mulherio* desejava ser um jornal para “as mulheres” ou “uma grande porção delas”, como é sugerido na edição n. 0, ainda considerada um boletim informativo com quatro páginas.

Mulherio. Quase sempre, a palavra é empregada com sentido pejorativo, associado a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então “gostosura”. Mas qual é a palavra relacionada à mulher que não tem essa conotação? O próprio verbete “mulher” já é apresentado no dicionário de forma especial. Segundo o consagrado Aurélio Buarque de Holanda, mulher é: “1. Pessoa do sexo feminino, após a puberdade; 2. esposa”. Em seguida à definição, vêm as composições usualmente feitas com a palavra: “à toa”, “da comédia”, “da rua”, “da vida”, “da zona”, “da rótula”, “do fado”, “errada”, “perdida”, etc. – todas sinônimos de meretriz. As três exceções: “mulher de César” (de reputação inatacável), “mulher do piolho” (muito teimosa) e a cinematográfica “mulher fatal”;

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assuntar como *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria é consequente, mas não mal-humorada, sizuda ou dogmática.<sup>125</sup>

---

<sup>124</sup> FREITAS, Viviane Gonçalves. *O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista*. IX Encontro da ABCP – Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Brasília, DF, 04-07 de agosto de 2014.

<sup>125</sup> BORGES, Adélia. *Por que Mulherio? Mulherio*, São Paulo, ano I, n. 0, março/abril 1981, p.1.



A edição de n.0 circulou no dia 08 de março de 1981, e foi distribuída gratuitamente em todo o país. Nesta edição, podemos destacar a importância de um “artigo de fundo” que interliga as demais discussões do *Mulherio*, por exemplo, a consolidação do dia 08 de março estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), Dia Internacional da Mulher, ações demonstradas no texto *8 de março passado e presente de lutas*<sup>126</sup>, que realizou uma reflexão sobre os rumos tomados pelos movimentos feministas brasileiro desde o ano de 1975, do qual se instituiu o Ano Internacional da Mulher.

Os movimentos organizados de mulheres ressurgiam com características próprias do feminismo, construindo espaços próprios, voltados para debates como, por exemplo, do *Nós Mulheres* (SP) e do *Centro da Mulher Brasileira* (RJ). O tema “mulher” se tornou objeto de investigação científica financiada pelas instituições, talvez pela própria inserção e circulação dessas personagens nos ambientes acadêmicos.

As reflexões de Inês Castilho sobre o jornal *Mulherio* destacam essa parceria com os órgãos fomentadores:

Primeiro que o *Mulherio* nasce dentro de uma instituição, que é a Fundação Carlos Chagas, como um projeto de pesquisa. Tinha gente muito boa lá, por exemplo a Fúlvia Rosemberg e a Carmen Barroso. Elas criaram o *Mulherio* com a ideia de articular os grupos de estudo sobre a mulher que estavam aparecendo na academia. Década de 80 é quando isso começa a bombar, em cada fim de mundo começam a aparecer esses grupos. Uma das coisas importantes do *Mulherio* é a voz que ele deu pras primeiras teóricas do feminismo negro: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que foram colaboradoras.<sup>127</sup>

Ainda na edição n.0, ocorreu a divulgação de alguns livros que possuíam como abordagem central o feminismo, dando destaque para o aumento das pesquisas neste campo, *Espelho de Vênus*, do Grupo Ceres e *Mulher Brasileira: bibliografia anotada*, publicados pela editora Brasiliense, são alguns exemplos.

---

<sup>126</sup> CUNHA, Maria Carneiro. 8 de março passado e presente de luta. *Mulherio*, São Paulo, p.3, mar./abr., 1981. n.0.

<sup>127</sup> PAULINO, Alcina; MENEGATTI, Carolina; ROSAS, Cecília; VISNADI, Marcos; SILVA, Pedro “Pepa”. *Fui lá e bati na porta*. *Revista Geni*: dá pra qualquer um/a. Revista eletrônica, n.25, 17/09/2015. Disponível em <http://revistageni.org/09/fui-la-e-bati-na-porta/> acessado em 06/12/2015.

Gradativamente, o jornal foi sofrendo mudanças na sua estruturação, a partir da sua edição n.1, com 16 páginas – figura 8 – pois, a anterior se caracteriza pelas próprias pesquisadoras como um boletim informativo, o tema principal foi a maternidade.

Esta edição n.1 é composta por um conjunto de matérias sobre a maternidade, uma leitora comenta sobre as mudanças nos aspectos da diagramação do texto e nas ilustrações que, segundo ela, “transparecia ternura”. Isto demonstra a procura do jornal em valorizar as fotografias e ilustrações como elementos de informação, e não como simples acessórios dos textos.

**Figura 8** – Capa da edição n.1 de 1981 do jornal *Mulherio*



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

Em uma entrevista concedida ao *Projeto Mulher*, Adélia Borges destacou a importância desse aumento da periodicidade, pois 16 páginas demonstraram ser insuficientes para atender todos os assuntos a tratar, registrando também estas transformações tidas pela pesquisadora como benéficas em *Nosso Recado*<sup>128</sup>, publicado pelo próprio jornal:

Nosso jornal tem periodicidade bimensal e o terceiro número saiu com tiragem de 8.000 exemplares. Isto está tendo uma penetração muito grande. O que me surpreendeu é que o jornal está servindo para levar a causa feminista; para levar a preocupação com a condição da mulher para pessoas que, pelo menos me parece, pelas cartas que escrevem, não tinham essa preocupação anteriormente. A correspondência que chega lá é muito grande. Uma média de 5 a 10 cartas por dia, de pessoas dos mais variados cantos do país, cidades que eu até nunca sabia os nomes. Estamos muito entusiasmadas com a penetração do jornal. Temos visto o que ele está conseguindo fazer até agora. Tem circulação nacional e vai também para grupos de mulheres no exterior. Funciona mais com sistema de assinaturas, que está custando agora (1981), 300 cruzeiros anuais. Em julho de 1981, nós estávamos com mais de 400 assinaturas, só esse mês. Então estamos crescendo bastante.<sup>129</sup>

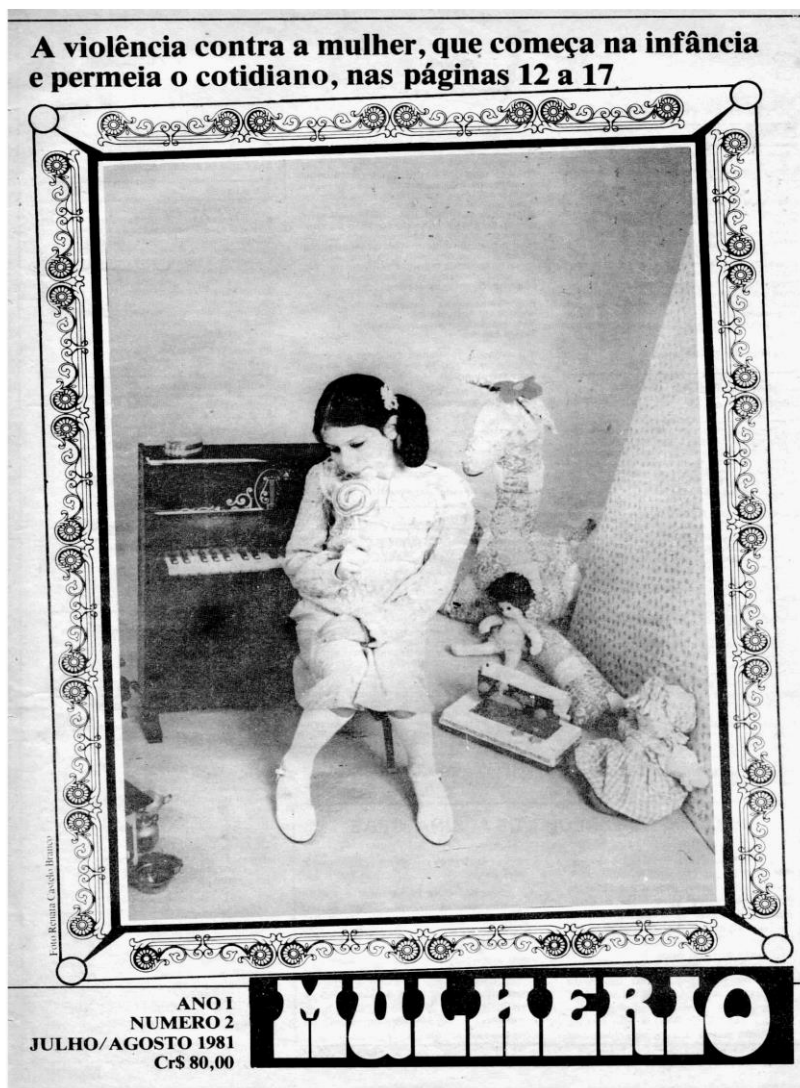
Posteriormente, a partir da edição n. 2 assume o formato de tabloide, com 23 páginas; sua periodicidade passa há ser bimensal e atinge um público mais amplo com a ajuda dos outros meios de comunicação de massa.

---

<sup>128</sup> BORGES, Adélia. *Nosso recado. Mulherio*, São Paulo, p.2, mai./jun., 1981, n.1.

<sup>129</sup> BORGES, Adélia. “Jornal Mulherio”. In: PROJETO MULHER. *Mulheres em Movimento*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983, p. 22

Figura 9 – Capa da edição n. 2 de 1981



Fonte: Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

A violência foi tema principal da edição n.2, a escolha da temática pode ser justificada pelo surgimento, no início da década de 1980, das inúmeras organizações de apoio à mulher vítima de violência pelo país, como bem demonstrou Céli Regina (2003).<sup>130</sup>

Com o artigo “*Pequenos e Grandes Assassinatos*”, Carmem da Silva demonstrou que a violência cometida contra as mulheres inicia no parto, para as mães e filhas. Segunda a pesquisadora, a violência contra a mulher começa na hora do

<sup>130</sup> Ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

nascimento, pois, ao nascer, o primeiro filho, uma menina, a família costuma se decepcionar, sobretudo o pai, que deseja um “herdeiro macho”. A identidade feminina começa a ser agredida neste momento, quando a mãe pede desculpa pelo fracasso ao frustrar a expectativa de “conceber um macho”.

Seu próprio senso de valor inferior passa a ser desenvolvido sob inúmeras formas ao longo de sua existência como mulher, “a violência miúda, mas onipresente, cotidiana, teimosa tão persistente que já calejou a sensibilidade social”<sup>131</sup>, é assim que a autora descreve nossa convivência com os atos de submissão e comodismo que nos são ofertados diariamente.

Percebe-se, ao analisar a primeira fase do *Mulherio*, que as reportagens buscavam ir além da criação de uma rede de troca de informações entre os três tipos de público alvo: órgãos de comunicação, grupos de mulheres e entidades culturais e acadêmicas; voltando-se para as outras percepções dos feminismos – já no plural –, menos radical, com bases teóricas mais flexíveis.

Isto porque novas temáticas ganharam a atenção das editoras, passando a reivindicar políticas públicas para as mulheres de vários segmentos sociais, como as lutas por creches, os relatos das jovens que migram para os grandes centros urbanos em busca de oportunidade de emprego e tornam-se domésticas não assalariadas, aí a saúde feminina entra em cena. Enfim, com a ampliação do público novas possibilidades vão surgindo para a busca de resultados das lutas femininas.

Nos depoimentos disponíveis no site da Fundação Carlos Chagas, de algumas das mulheres que compuseram o Conselho Editorial, notamos a importância do trabalho realizado pelo jornal *Mulherio*. Adélia Borges, uma das primeiras responsáveis pelo editorial do jornal, comenta o crescimento e sua aceitação entre as mulheres de vários grupos sociais, lembrando que ele era distribuído gratuitamente para as instituições, núcleos de pesquisa e órgãos da imprensa.

Ao lembrar um jornal que contestava entre o público e o privado, vou me permitir aflorar lembranças pessoais no texto que saúda a disponibilização, tantos anos depois, da íntegra do *Mulherio* nas redes virtuais. Foi uma experiência muito rica para mim, pois pude fazer uma conexão até então inexistente entre a minha vida e a minha profissão; Foi um trabalho realmente

---

<sup>131</sup> SILVA, Carmem. Pequenos e grandes assassinatos. *Mulherio*. São Paulo, Violência, Ano I, julho/agosto, n. 2, 1982, p.12,

coletivo, feito a muitas mãos e cabeças, e que certamente deixou muitos frutos dentro e fora de nós.<sup>132</sup>

A produção divulgada pelo jornal reflete os mais variados posicionamentos sobre o feminismo debatido no período, pois os grupos de mulheres editoras do periódico já compreendiam que o feminismo, como qualquer outro movimento de contestação atua conforme seu tempo e espaço, não podendo, assim, possuir um conceito fechado e inacabado.

O jornal não desejou ser porta-voz de nenhum grupo feminista ou instituição de pesquisa específica. Conforme afirma Adélia Borges, “pretende, sim debater todos os problemas que afetam a mulher brasileira hoje, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posturas a respeito dos assuntos tratados”<sup>133</sup>. A não vinculação com um grupo feminista em particular possibilitou a equipe do *Mulherio* uma “abertura” ao tratar determinados assuntos, permitindo, assim, demonstrar as diversas “facetas do problema”.

Essa característica pode ser notada na diversidade de temas tratados no jornal, abordando os mais variados campos que interessam à mulher, como saúde, educação, trabalho, sexualidade, política, entre outras temáticas.

Na seção **Cartas** – geralmente publicadas na página de número dois do jornal – notamos os múltiplos perfis de seu público: donas de casa, adolescentes entusiasmadas com as perspectivas feministas, religiosos preocupados quanto a publicação de algum tema polêmico. Enfim, uma pluralidade de leitores e leitoras.

Ainda em busca de uma linguagem própria, simples e direta, tentando atingir um público amplo, o jornal contou com a colaboração de diversas mulheres e homens também, seja redigindo artigos, fotografando ou fazendo ilustrações, como é o caso do cartunista Henfil (figura 10) e de Angeli.

---

<sup>132</sup>Depoimento Adélia Borges. [www.http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html](http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html) acessado em 18 de setembro de 2014 às 19h 05min.

<sup>133</sup> BORGES, Adélia. *Mulherio, um jornal feminista*. In.: *Revista Comunicação & Sociedade*. Cortez Editora, Ano IV, n.8, novembro de 1982, p.127.

Figura 10 – Charge de Henfil, edição n.5 de 1982



Fonte: Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

Outros homens também colaboraram com o *Mulherio*, como é o caso de Emir Sader que passou a escrever constantemente para o jornal, a partir dos anos de 1984.<sup>134</sup>

Evidenciando a visão do feminismo de suas editoras, “um movimento que visa provocar mudança na relação entre homens e mulheres e que, portanto, depende de ambos para alcançar êxito, ainda que tenha em sua vanguarda as mulheres”<sup>135</sup>, essas participações masculinas nas publicações do periódico são uma característica mais presente na sua segunda fase, aspecto que discutiremos a seguir.

Um feminismo que buscava por meio dessa “nova linguagem”, manifestar uma forma que não fosse discriminatória de sexo, classe, raça ou idade, tanto nos textos como nas ilustrações, já que as demais publicações voltadas para o público feminino demonstravam ser ineficazes nesta função, ao “apresentarem as mulheres como bonecas

<sup>134</sup> Destaco aqui alguns títulos dos artigos escritos pelo sociólogo Emir Sader para o jornal *Mulherio*: “Depois dos comercias... a democracia”, 1984, edição n.19; “Minha terra, meu corpo”, 1986, edição n.24; “Naldinho o nosso guri”, 1986, edição 26; “O aborto da Constituinte”, 1987, edição n.30.

<sup>135</sup> BORGES, Adélia. *Mulherio, um jornal feminista*. In.: *Revista Comunicação & Sociedade*. Cortez Editora, Ano IV, n.8, novembro de 1982, p.130.

sem cabeças, ou cabeças sem corpo, ou sexo sem o resto”, afirmação feita por Adélia Borges, que também lançou o seguinte questionamento, “o que seria uma linguagem não discriminatória de sexo, classe raça ou idade?”. Ela própria nos responde:

Na imprensa feminina tradicional vemos que um único modelo de mulher prevalece: a mulher jovem, bonita (e bonita geralmente é sinônimo de loira, com traços europeus), conforme a revista sexualmente irresistível, ou mãe perfeita e dedicada. **Mulherio** procura não cair nesses estereótipos, e quer falar de mulheres concretas – bonitas e feias, ricas e pobres, jovens e velhas, brancas e negras.<sup>136</sup>

Era necessária então, uma linguagem baseada no convívio com as diferenças, valorizando as experiências femininas e livre de estereótipos, com o intuito de representar as mulheres reais e concretas. Pois, em grande parte das publicações, como é o caso das revistas femininas, invisibilizava-se alguns “elos”: o que liga o exercício da maternidade, o da sexualidade, o do trabalho remunerado, do não remunerado (donas de casas). Enfim, o jornal tentou retratar mulheres compostas de todas suas contradições, desejos, conquistas e problemas, representações que tentaremos demonstrar no próximo tópico.

### 3.1.1 Pluralidades e antagonismos presentes nas páginas do *Mulherio*

Estima-se que, nas décadas de 1970 e 1980, tenham sido produzidos mais de 170 publicações alternativas compostas pelas mais diversas temáticas, representando uma parcela expressiva dos grupos políticos atuantes do período. As publicações feministas desta época devem ser incluídas nesse panorama geral, juntamente com as de vertentes voltadas para ecologia, humor, economia e política.

A publicação do *Mulherio* (1981-1987) – liderada em um primeiro momento pela jornalista Adélia Borges – pode ser percebida como um dos marcos da segunda fase da imprensa alternativa feminista brasileira da década de 1980, haja vista que seus antecessores *Brasil Mulher* (1978-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978) ainda encontravam-se bastante ligados aos elementos existentes entre os movimentos feministas e os movimentos da esquerda tradicional do país, refletindo em suas páginas discussões relacionadas à luta contra a ditadura militar e às questões redistributivas das

---

<sup>136</sup> Idem, p.129.



lutas de classes. O diferencial que uniu estes três periódicos feministas foi a busca de soluções para as problemáticas pautadas pela equidade entre homens e mulheres e das fronteiras delimitadoras de gênero, uma orientação voltada para a tentativa da eliminação ou conscientização das barreiras identitárias que diferenciam masculino e feminino.

Compreendendo que a própria afirmação da identidade é, em si, um processo de exclusão, concebido pelo estabelecimento da diferença entre os sujeitos, e que, segundo Tomaz Tadeu da Silva, “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”<sup>137</sup>. Diante disto, percebemos que a formação da identidade utiliza a diferença para criar padrões normativos que em momentos históricos particulares, passam a ser muito questionados por grupos não enquadrados nos sistemas classificatórios e estereotipados, como, por exemplo, esposa recatada, mãe de família, boa filha, entre outros.

Identidades e diferença são, como afirma Tomaz Tadeu, “criaturas de linguagem” resultantes de um processo de produção simbólico e discursivo, ambos não vivem harmoniosamente, lado a lado; identidade e diferença são relações sociais e, por este motivo estão sujeitas as relações de poder, não sendo definidas e sim impostas. Ainda segundo o autor, “é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”<sup>138</sup>.

Entendendo as resistências como práticas da liberdade, presentes no interior das relações de poder, como formas de questionar o indivíduo, buscando o direito de ser diferente, atribuímos aos discursos<sup>139</sup> presentes no *Mulherio* a responsabilidade de evidenciar a imagem negligenciada da mulher brasileira e centraliza-se nas relações sociais.

Talvez, por isso, as editoras optam pelas referências de coletividade em seus escritos sobre ações femininas, uma forma de resistência, ao conferir à mulher a

---

<sup>137</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.75.

<sup>138</sup> Idem, p.91.

<sup>139</sup> Para Michel Foucault, em toda sociedade “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Trabalharei sob a perspectiva de Foucault na qual o discurso seria, assim, um dos mecanismos formadores de sujeitos, alicerçados nas formas de poder, constituindo suas práticas discursivas. FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p.10.

autonomia de sua própria identidade, demonstrando seu protagonismo por meio da pluralidade de suas práticas, tais como conjunto ou associação de mulheres, organização de mulheres, movimento de mulheres, grupo e, até mesmo, mulherio: “nesse contexto, a sua participação é muito importante, ao fazer sugestões, criticar o jornal ou apresentar sua posição sobre determinado assunto. Só assim conseguiremos, realmente, ser uma grande, consciente e organizada ‘porção de mulheres’”<sup>140</sup>.

Já em seu editorial, *Mulherio* demonstrou como seriam levadas em consideração as escolhas das pautas posteriores, deixando explícito a sua diferença dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* e a forma como qual a mulher brasileira seria representada nas suas páginas. De acordo com o texto assinado por Adélia Borges,

Era apenas um folheto, desprezioso, anunciando o lançamento de um jornal. Mas a repercussão que o número zero de *Mulherio* alcançou surpreendeu-nos, como a demonstrar que a mulher brasileira precisa realmente de um veículo de comunicação que divulgue suas coisas de uma forma nova, nossa.<sup>141</sup>

Este trecho do jornal enfatiza uma forma de demonstrar, por meio de suas matérias, o reconhecimento dos problemas das mulheres brasileiras e a ausência de uma representação que as desassociasse do mito do eterno feminino e das virtudes clássicas, como bem discorre Dulcília Buitoni (1981),

Um chavão que corresponde bem ao senso comum de procurar qualidades quase abstratas: maternidade, beleza, suavidade, doçura e outras num ser histórico. Justamente aí está a falha que desvincula a mulher de sua época e seu contexto, que a transforma num ser à parte, independente de circunstâncias concretas.<sup>142</sup>

Alguns aspectos sobre as representações das mulheres na imprensa feminina brasileira devem ser definidos para a melhor compreensão dos nossos interesses de pesquisa. Segundo Dulcília Buitoni, existem duas vertentes deste tipo específico de publicações: uma delas compõe as revistas que constituíam regras a serem seguidas por mãe e esposa. Já outra se volta ao público amplo e refere-se ao momento no qual as

---

<sup>140</sup> BORGES, Adélia. Nosso Pauta. *Mulherio*. São Paulo, n.0, março/abril, 1981, p.1.

<sup>141</sup> BORGES, Adélia. Nosso Recado. *Mulherio*. Cartas, São Paulo, n.1, maio/junho, 1981, p.2.

<sup>142</sup> BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981, p.4.

mulheres conseguem romper com as discussões ligadas ao espaço privado, desejando, agora, que as mesmas discussões sejam públicas, caracterizando as lutas em prol aos seus direitos – no nosso caso específico, a do jornal *Mulherio* (1981-1987). Com estas definições, a autora consegue demonstrar que a imprensa feminina é “ideologizada” e de caráter diversional, opinativo e de serviço.<sup>143</sup>

Ao analisar as 40 edições do *Mulherio*, notamos também duas perspectivas presentes em suas publicações: o feminismo de igualdade e o de diferença, que segundo Juliana Tamião,

Esse periódico diferenciava a luta por direitos iguais das demais contestações em formas de reivindicações, isso porque, quando articulava com a legislação, esse como os outros dois jornais, procurava a igualdade de direitos entre homens e mulheres. E, quando pensava a visão do feminismo como crítica social, imprimia o feminismo das diferencialistas, ou seja, passava a valorizar a diferença entre homens e mulheres.<sup>144</sup>

O feminismo demonstrado nas páginas do jornal procurou questionar o masculino a partir de um sentido universal, no qual as mulheres não se sentiam representadas quando eram nomeadas pelo masculino, afirmando que o “homem universal” não incluía as questões específicas das mulheres e nem a dos homens. Para Daniela Manini,

A principal mudança do feminismo na década de 80 resulta do fato de as mulheres não mais lutarem pela igualdade de direitos e papéis em relação ao sujeito masculino; nesse momento, o movimento passa a privilegiar a valorização das diferenças entre masculino e feminino como forma de recuperar a “cultura feminina” e afirmá-la dentro do universo masculino dominante.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> Dulcília Buitoni também caracteriza algumas grandes categorias jornalísticas: o “Informativo que se concentra nas informações (notícias), geralmente curta e sem apreciações; o Jornalismo Interpretativo é uma expressão do fato original: contém entrevistas, antecedentes, consequências, opinião de especialista, etc. O Opinativo demonstra uma posição seja do jornal (no editorial) ou do jornalista (colunas, críticas, comentários, crônicas, etc.) O Diversional engloba efemérides, palavras cruzadas, quadrinhos, etc.; o de Serviço, dá horário de espetáculos, fornece roteiros de turismo, lazer, informações que ‘servem’ à vida comum do leitor”. BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981, p.02.

<sup>144</sup> TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio* (1975-1988). Dissertação. Mestrado em História Social. PUC-SP, São Paulo, 2009, p.66.

<sup>145</sup> MANINI, Daniela. *A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80*. Cadernos AEL, n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996, p.57.

Para a autora, a ideia de “brigar” pela igualdade de direitos através de uma postura “classista” é posta de lado, pois, neste caso, a especificidade de gênero feminino desapareceria em meio a uma ideologia marxista. Diferentemente da década anterior, os anos de 1980 procurou basicamente afirmar a identidade feminina, as atenções se voltam para o campo da sexualidade e da saúde da mulher.

Porém, mesmo incluindo o discurso feminino nesses debates, outra problemática havia sido inserida, já que, na busca de uma identidade composta por experiências femininas, a categoria “mulher” introduzida anteriormente nas teorias também não representava a todas, sendo assim, mulheres negras, índias, pobres, entre outras, se consideravam excluídas dentro das discussões.<sup>146</sup>

Outro tipo de referência utilizada nas edições do *Mulherio* está ligada às profissões. A mulher é nomeada por aquilo que ela faz, pelo exercício e pelo trabalho que desempenha: dona de casa, advogada, professora, jornalista, operária, entre outras. Esta perspectiva das mulheres que se identificam a partir de sua profissão traz à tona sua constante ocupação nas relações políticas e no mercado de trabalho.

Enquanto Adélia Borges foi sua editora chefe na primeira fase, que correspondeu a março de 1981 até setembro de 1984, o jornal publicou um número considerável de matérias sobre esse engajamento político das mulheres. No total foram publicadas 18 edições nesta primeira fase, com questões ligadas às políticas públicas, condições de trabalho, informações sobre saúde, sexualidade, cuidados com o corpo, além de denúncias de violência e discriminação contra a mulher negra. Dava-se ainda destaque à vida das operárias e na periferia das grandes cidades.

Um exemplo a ser citado é o das “Mutantes das Fábricas”, mulheres que habitam um espaço considerado masculino por sociólogos e psicólogos, mas que constituem estes lugares informalmente desde as épocas das tecelãs nos séculos anteriores ao nosso. Já na década de 1970, as pesquisas apontam que as mulheres constituíam 18,8% total da força do trabalho empregado na indústria, e em 1978, deram um salto para 25,7% deste total. Passaram a ocupar não somente setores considerados femininos (têxtil, confecção, calçados, fumo), mas também setores dinâmicos e modernos, desenvolvidos

---

<sup>146</sup> Para Joana Maria Pedro, a categoria “mulher que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam”. PEDRO, Joana Maria. *Traduzinho o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

no chamado “milagre econômico”, “operárias e mulheres, mulheres e operárias, na encruzilhada entre a exploração econômica; a dominação de classe e a opressão sexual, entre a produção e a reprodução, entre a casa e a fábrica elas aparecem como um tipo especial de mutantes”.<sup>147</sup>

O jornal deu ênfase também às discussões sobre a violência contra as mulheres, suas reportagens denunciavam os homicídios de mulheres cometidos por seus maridos, que não aceitavam a separação. O caso Lindomar Castilho, que matou sua esposa Eliane de Gramont, e Doca Street, que tirou a vida de Ângela Diniz (já mencionado no cap. I), entre outros, fizeram parte da campanha nacional contra o uso do recurso pelos homens da “legítima defesa de honra”<sup>148</sup>.

**Figura 11** – Capa *Mulherio*, edição n.28 de 1987



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

<sup>147</sup> LOBO, Elizabeth Souza. As mutantes da fábrica. *Mulherio*. São Paulo, n.6, março/abril, 1982, p.7.

<sup>148</sup> FRAGOSO. Helena C. A condenação de Doca/Eliane Gramont não vai cantar hoje, ela está morta. *Mulherio*. Violência. São Paulo, n.5, janeiro/fevereiro, 1982, p.5-6.

A desigualdade racial também aparece nas publicações do *Mulherio*, um artigo assinado por Lélia Gonzales, na edição n.3, de 1981, traz um panorama feito pela autora sobre o mercado de trabalho para a mulher negra, ressaltando questões salariais e posições de mercado para elas.<sup>149</sup>

Já a importância da maternidade aparece sobre a perspectiva do cuidado dos filhos, percebemos o apelo coletivo das editoras do jornal, (ver figura 10), para se discutir publicamente esta temática, diante da ideia machista de que cuidar e educar a criança pequena era uma tarefa exclusivamente da mãe, assinalando, assim, que havia grupos de mulheres começando a pensar coletivamente a educação das crianças:

O ditado popular não deixa dúvida: cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe e só da mãe.

Esse comportamento está enraizado – na sociedade e nas próprias mulheres, individualmente – que a mãe que trabalha fora acaba se vendo num verdadeiro beco sem saída. Delegar a outros a “sagrada” tarefa de cuidar dos filhos não traz só problemas práticos.

Além das despesas e das preocupações extras, provoca um profundo sentimento de culpa em relação ao filho. Afinal o modelo recebido na família não previa a transferência das funções da mãe para outras pessoas.

Mas quando a maioria reage solitariamente a essa questão, algumas mulheres estão dando o salto. Estão repensando coletivamente a criação dos filhos.

Neste número, procuramos participar desta luta. Trazer a experiência e caminhos alternativos que tentam romper esse beco sem saída. Discutir a educação do filho não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como problema da coletividade, que está exigindo soluções mais satisfatórias que as atuais.<sup>150</sup>

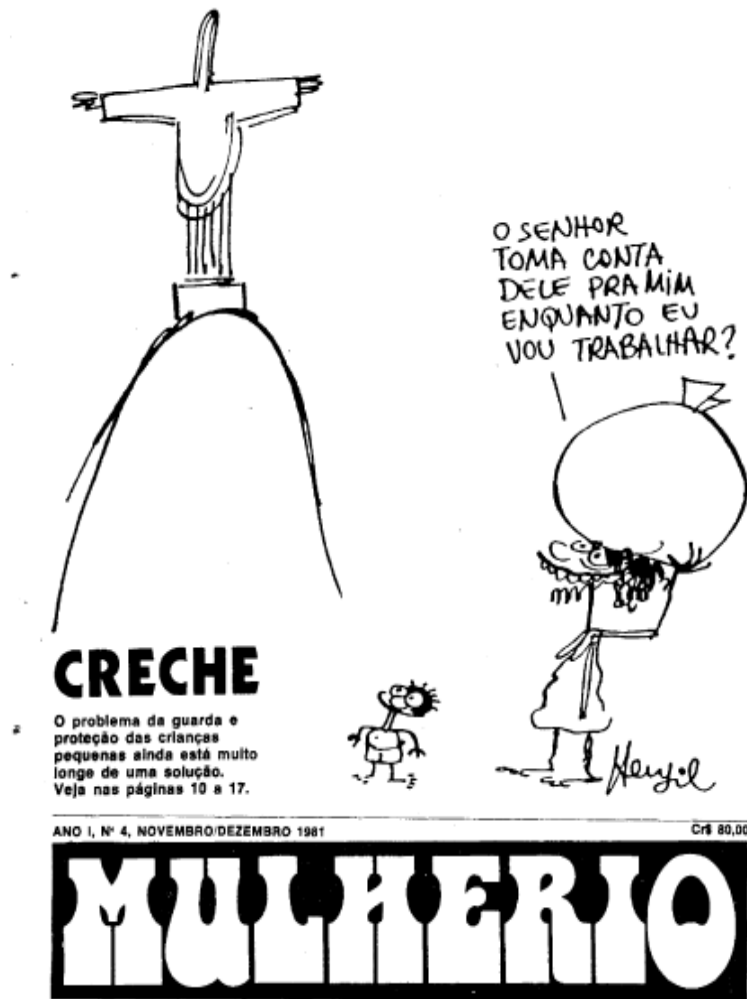
Um novo embate é imposto para as mulheres: depois de alcançado o mercado de trabalho, como lidar com a maternidade? O empoderamento feminino é exercido, *Mulherio* assume para si os problemas das mulheres e busca a solução de forma coletiva, por meio de uma discussão aprofundada do tema com a edição especial n.4, de 1981. Nela, 8 páginas são dedicadas para tratar tal temática. Muitas vezes as lutas por creches ganham destaque, além da capa (figura 12), as páginas de n.10 a 17. O jornal acrescentou ao debate feminista outras fontes que não haviam sido abordadas por outros impressos.

---

<sup>149</sup> GONZALES, Lélia. Mulher Negra. *Mulherio*. Pesquisa, São Paulo, n.3, setembro/outubro, 1981, p. 8-9.

<sup>150</sup> Quem pariu Mateus que o embale. *Mulherio*. Creches, São Paulo, n.4, novembro/dezembro, 1981, p. 10.

Figura 12 – Capa *Mulherio*, ed. n.4, novembro/dezembro de 1981



Fonte: Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

A figura n. 11 ilustra a personagem da mãe trabalhadora em seu dilema sobre os cuidados com o filho. Sem ter onde e com quem deixar a criança para ir trabalhar, a mulher recorre à estátua do Cristo Redentor: “o senhor toma conta dele pra mim enquanto eu vou trabalhar?”. O fato dele ter sido desenhado de costas e a falta de resposta ao questionamento demonstram o silêncio para a problemática das creches que, segundo Gerlice Teixeira Rosa (2016), “a solução irônica problematiza a dificuldade das

brasileiras do século XX em sua reconfiguração de papéis sociais e diante da ineficiência do sistema social de apresentar soluções (e adaptações) plausíveis”<sup>151</sup>.

Também eram divulgadas nas páginas do *Mulherio* as listas de contatos dos grupos feministas espalhados pelo país. Foi observada a presença de mais de 140 grupos feministas ou de mulheres, na existência do jornal, atuando através de cartas, citações em listas de contatos ou redações e entrevistas.

A relação do jornal com as construções dos padrões e ideais de beleza, moda e corpo, é colocada na edição n.5 de janeiro/fevereiro de 1982 (figura 12). É possível perceber, na chamada da capa, uma fotomontagem composta por seis mulheres com perfis bem diferentes umas das outras: a primeira mulher, que está colocada na parte superior esquerda da imagem é a famosa atriz Vera Fischer; a última mulher, que está posicionada do lado direito é Bruna Lombardi, outra atriz famosa da época, também considerada um símbolo de beleza brasileira; as outras três, colocadas logo abaixo, são “mulheres comuns” que foram entrevistadas pelo periódico sobre que é beleza para elas e se: “Você é bonita?”<sup>152</sup>

Suas respostas para o questiona foram as mais diversas, constrangimento, frustração, culpabilidade por “desejar ser uma Vera Fischer”, etc. É através destes antagonismos colocados pela fotomontagem e o questionamento feito às entrevistadas que algumas representações femininas utilizadas na construção de estereótipos de beleza são definidas, para que, de forma crítica, suas leitoras compreendam a necessidade de contestar as construções de modelos criados e transformados continuamente.

---

<sup>151</sup> ROSA, Gerlice Teixeira. *Noticiabilidade e imagem de si: ser mulher e ser notícia em jornais direcionados para mulheres*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas, Faculdade de Letras – FALE/UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016, p.180.

<sup>152</sup> BECK, Leda. Espelho, espelho meu. Corpo. *Mulherio*. São Paulo, n.5, janeiro/fevereiro, 1982, p.12-13.



Figura 13 – *Mulherio*/Capa da edição n.5 de 1982



Fonte: Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

No decorrer do tempo, o corpo editorial do *Mulherio* sofreu modificações, deixando clara a predominância do regionalismo paulista na organização do periódico, justificada pelo fato de sua sede estar estabelecida em São Paulo.

Posteriormente, o *Mulherio* foi assumido por Inês Castilho, que deu um caráter mais cultural às publicações do jornal. Também foi necessária a criação de um núcleo de comunicação especializado para trabalhar em sua edição. Pode ser considerado, durante seus sete anos de duração, um instrumento atuante das várias transformações ocorridas em relação às mulheres na sociedade brasileira, como afirma o relato de Inês Castilho:

Recebi um jornal primoroso das mãos da primeira editora, Adélia Borges, e contei sempre com o apoio e aconselhamento da pesquisadora Fúlvia Rosemberg - uma das mães do projeto, ao lado de Carmem Barroso e da equipe de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Contei ainda com colaborações preciosas, como a da historiadora Maria Lúcia de Barros Mott e a da jornalista Santamaria Silveira, na redação e edição de matérias escritas por muitas mulheres e alguns homens, de todo o país.

Imprimi ao jornal um cunho mais cultural que político, e o conduzi até o final com a criação de *Nexo*, revista de arte e idéias editada pelo poeta Duda Machado e o artista plástico Guto Lacaz - que durou efêmeros números.<sup>153</sup>

Em sua segunda etapa de vida, que se estabeleceu em 1984 e seguiu até 1988, *Mulherio* enfrentou dificuldades, pois, por mais que sua estruturação continuasse a mesma e ainda contassem o financiamento da Fundação Ford – apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas –, publicou os 24 números seguintes tendo que lidar com o fantasma da autossuficiência para sua continuidade. Para Inês Castilho, a saída da Fundação Carlos Chagas representou uma busca pela independência: “a uma certa altura elas queriam que ele ficasse autônomo”<sup>154</sup>.

“*Mulherio* de volta”, este foi o título da edição n. 16, de 1984, que comemorava o retorno do periódico, depois de sete meses fora de circulação. Com o fim da parceira com a Fundação Carlos Chagas – lembrando que o tempo de vida do jornal sempre foi limitado: dois anos e sete meses –, foi criado o Núcleo de Comunicações *Mulherio*, apoiado por novos grupos particulares que promoviam projetos ligados às discussões da situação das mulheres brasileiras.

A nova sede – já que sua sede anterior se situava na própria Fundação Carlos Chagas – também foi estabelecida em São Paulo, e compartilhou o espaço com mais três grupos: Aurora Filmes (uma produtora de cinema e vídeo de mulheres); a Raiz Produções Cinematográficas (de Assunção e João Batista de Andrade); e uma extensão paulista do IDAC (Instituto de Ação Cultural).

A equipe editorial é basicamente a mesma da primeira fase: Adélia Borges, Cecília Simonetti, Fúlvia Rosemberg, Inês Castilho, Lilita Figueiredo, Marlene Rodrigues, Vera Soares.

---

<sup>153</sup> <http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/depoimentoines.html> acesso em 13 de agosto de 2012 às 22h 59 min.

<sup>154</sup> PAULINO, Alcina; MENEGATTI, Carolina; ROSAS, Cecília; VISNADI, Marcos; SILVA, Pedro “Pepa”. *Fui lá e bati na porta*. *Revista Geni*: dá pra qualquer um/a. Revista eletrônica, n.25, 17/09/2015. Disponível em <http://revistageni.org/09/fui-la-e-bati-na-porta/> acessado em 06/12/2015.

**Figura 14** – Nova equipe editorial do *Mulherio*, n.16, 1984.



**Fonte:** Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas

Em seu editorial de retorno, publicado na edição n.16, de 1984, suas editoras anunciavam que o jornal estava de volta, “igual e diferente”:

Nós queremos fazer o jornal igual como era antes, na mesma busca de refletir a imagem real das mulheres, na mesma independência frente a grupos. E também diferente. Pretendemos ampliar bastante o nosso público, e para isso a pauta dos assuntos tratados. Pretendemos tratar de nosso cotidiano em áreas que, na imprensa, são guetos masculinos, como a economia, a política, o esporte, a polícia, trazendo aí a visão específica da mulher.<sup>155</sup>

<sup>155</sup> Editorial. Vamos que vamos! Ou: voltemos que voltemos! *Mulherio*. São Paulo, n.16, maio/junho, 1984, p.2.

Elas voltam querendo incluir “a questão do homem”, buscando ampliação do público, tentando também opinar em outras áreas, consideradas para a “grande imprensa” espaços masculinos: política, economia, esportes e polícia; trazendo a visão específica das mulheres sobre estes e outros assuntos, mas, sempre que possível incorporando o contraponto dos homens às experiências femininas, “com o movimento feminista, as mulheres mudaram muito nos últimos anos, causando desencontros e perplexidades em si mesmas e principalmente entre elas e os homens. *Mulherio* quer discutir essas relações”.<sup>156</sup>

Esta visão específica defendida pelo grupo é atribuída ao feminismo da diferença, que afirma uma cultura feminina, buscando valorizar a mulher e o feminino, e não se masculinizar, adotando parâmetros masculinos ao dialogar com determinados assuntos.

A política institucional e as Diretas Já foram assuntos que permearam algumas publicações do jornal nessa segunda fase: *Direitos, já. Com as diretas*, edição n.16, 1984; *O feminismo é uma cachaça*, edição n.17, 1984; *Mátria Amada, Salve Salve*, edição n.19, 1984, entre tantas outras matérias.

A conjuntura eleitoral de 1982 a 1984, das Diretas Já, contribuiu para a disseminação das lutas pelas representações que garantiriam creches comunitárias e gratuitas, e por planejamento familiar acessível e não coercitivo, reafirmando ainda mais esses movimentos sociais.

Em 1982, muitas entidades femininas e feministas (como outros setores organizados da sociedade civil) mobilizaram-se e divergiram em questões partidárias durante a trajetória da campanha. As ‘frentes’ de massa tinham sido criadas com a finalidade de mobilizar as mulheres para maior participação no processo eleitoral. Muitas mulheres deixaram a militância no movimento para se engajar exclusivamente na militância partidária – a sociedade política tinha engolido temporariamente setores da sociedade civil<sup>157</sup>.

Ainda na segunda fase assuntos relacionados à cultura, como música, arte, cinema e literatura, ganharam mais espaço do que na fase anterior. Uma reformulação

---

<sup>156</sup> Editorial. Vamos que vamos! Ou: voltemos que voltemos! *Mulherio*. São Paulo, n.16, maio/junho, 1984, p.2.

<sup>157</sup> STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Tradução Ana Lúiza Pinheiro (et al.) – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.329.

editorial que foi implantada em sua terceira sua terceira, e ultima fase, estabelecida entre os anos de 1986 até 1988. Sendo necessária a consolidação de um novo Conselho Editorial, composto por Ethel Leon, Inês Castilho, Regina Gomes, Tanya Volpe, porém Adélia Borges continuou sendo sua jornalista responsável.

Em 1988, *Mulherio* mudou de nome, passando a se chamar *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*, perdendo também o apoio da Fundação Ford e encerrando suas atividades somente com duas edições (junho e julho de 1988) neste novo modelo. Com a mudança, adquiriu um caráter mais cultural do que político. Segundo Inês Castilho, o jornal passou a ser uma “revista de arte e ideias”<sup>158</sup>.

A transformação tão profunda nas pautas do jornal pode ser vinculada, em alguma medida, à perda de fôlego das militantes que participavam da elaboração do *Mulherio*. De acordo com Inês Castilho,

Uma das razões por que o jornal acabou foi esta: o assunto [feminismo] deixou de estar segregado numa certa imprensa para invadir a grande imprensa. Claro que, com isso, vem uma certa cooptação, um tratamento mais glamouroso. As melhores publicações se aproximam do tratamento dado pela imprensa feminista, mas nunca é a mesma coisa, porque não tem uma ligação do jornal com os movimentos. O *Mulherio* mesmo foi perdendo esse papel, mas aí acho que é algo que teve a ver comigo, que me isolei. Sempre teve muitas disputas internas no feminismo, e isso é uma coisa que aprendi e que vale a pena falar: não basta ser mulher pra ser bacana, assim como não basta ser pobre, não basta ser gay... não é porque é oprimido que é legal. Na minha ingenuidade, eu achava, desde o *Nós, Mulheres*, que estávamos nos braços de mamãe, mas a mamãe também não é legal sempre [risos]. Eu sofri altos boicotes no *Mulherio*, o que foi me afastando [dos movimentos sociais]... Era quase um golpe que tentavam dar. E eram as mulheres do PT que tentavam dar um golpe pra pegar o jornal pra si.<sup>159</sup>

Além das questões ligadas ao posicionamento político das editoras, pesou a questão do feminismo ter deixado de ser um assunto exclusivo da imprensa feminista, incorporando pautas da grande imprensa.

---

<sup>158</sup> A jornalista Inês Castilho que foi integrante das três fases do *Mulherio* e da equipe do *Nexo*, para ela o jornal: “refletindo essas transformações vividas pelo feminismo em todo o mundo e largamente discutidas, ‘Mulherio’ dá lugar a *Nexo*, mantendo sua identidade e religando-se ao universo mais amplo para responder à necessidade de um espaço plural de reflexão e criação no deserto brasileiro”. CASTILHO, Inês. Editorial. *Nexo*, São Paulo, jun. 1988, ano I, n.1, p. 2.

<sup>159</sup> Entrevista de Inês Castilho concedida aos membros da Revista Eletrônica Geni. In.: PAULINO, Alcina; MENEGATTI, Carolina; ROSAS, Cecília; VISNADI, Marcos; SILVA, Pedro “Pepa”. *Fui lá e bati na porta*. *Revista Geni*: dá pra qualquer um/a. Revista eletrônica, n.25, 17/09/2015. Disponível em <http://revistageni.org/09/fui-la-e-bati-na-porta/> acessado em 06/12/2015.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O movimento feminista saiu do nada para alguma coisa”, estas são as palavras de Branca Moreira para edição n.6, do *Mulherio* sobre as reflexões do Dia Internacional da Mulher de 1982. Haja visto que, nos primeiros anos da década de 1980, a abertura democrática no Brasil, possibilitou as mulheres uma nova forma de se organizarem através da imprensa alternativa feminista.

A aproximação do jornal *Mulherio* (1981-1987) com os movimentos sociais aconteceu na medida em que produzia textos auxiliares para a reflexão e elaboração de propostas relacionadas às temáticas femininas como creches, políticas do corpo, maternidade, etc. Suas matérias também tornavam públicas as pesquisas desta área e em algumas edições havia referência aos artigos publicados na revista científica da própria Fundação Carlos Chagas, *Caderno de Pesquisa*.

Ao pensar um perfil para o *Mulherio*, é imprescindível destacar que ele é “fruto da ideia de alguns anos” de pesquisa sobre temáticas femininas, realizada por algumas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Inicialmente, objetivavam elaborar um boletim informativo que circularia entre os núcleos de pesquisas feministas estabelecidos em várias regiões do Brasil, incluindo na estrutura do jornal os resultados de suas análises. Essencialmente voltado para os meios acadêmicos e científicos, nunca assumiu uma tendência específica, e sim a de um campo aberto para a diversidade dos movimentos feministas, buscando ampliar seu público, para que suas leitoras pudessem utilizar seus referenciais em seu cotidiano. Por essa razão, a linguagem utilizada, a organização e as abordagens dos assuntos não foram feitos segundo uma norma científica, procurando justamente um espaço de maior receptividade. Sendo assim, suas matérias assumiram “simultaneamente o papel de propagador, unificador e mantenedor dos feminismos brasileiros na conturbada década de 1980”.<sup>160</sup>

Interessante também é refletir sobre a atuação dos dois jornais precursores do *Mulherio*: *Brasil Mulher* (1978-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978). Notamos um

---

<sup>160</sup> NASCIMENTO, Lilian Soares de. *A natureza do corpo feminino em Mulherio*: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro (1981-1988). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Londrina, 2015, p.52-53.

tratamento diferenciado em relação a algumas temáticas abordadas, podemos destacar como exemplo, o tratamento dado as questões relacionados à sexualidade feminina. Essa diferenciação pode ser explicada, em parte, pela composição das equipes editoriais dos periódicos, sua formação teórica e política. Pois, tanto Joana Lopes (*Brasil Mulher*) quanto Iara Prado (*Nós Mulheres*) destacam a influência das mulheres exiladas e suas experiências vivenciadas no feminismo francês. Segundo Natalia de Souza Bastos (2007),

Estas mulheres falavam de questões consideradas tabus em nossa sociedade com maior naturalidade e desprendimento. Questões estas não debatidas entre as mulheres de esquerda, pois não eram consideradas politicamente, todo o debate esteve voltado para a revolução socialista e a situação de opressão vivida pelo proletariado. O indivíduo não tinha espaço.... As horas de leituras e debates eram decisivas para *guiar* e *iluminar* a classe operária pelos caminhos da revolução.<sup>161</sup>

No Brasil, na década de 1970 eram escassos os estudos sobre cotidiano, sexualidade, contracepção, etc. Segundo a autora, questões ligadas à sexualidade feminina, eram, naquela conjuntura, ainda pouco conhecidas.

Estes jornais feministas criticavam a campanha de controle de natalidade proposta pelo governo, denunciando as esterilizações e a distribuição de pílulas sem nenhum planejamento. Entretanto haviam dificuldades em se discutir questões ligadas à sexualidade, como o desejo, prazer, amor e erotismo feminino.

Joana Lopes, por exemplo lembrou que a pauta da matéria *Pílulas, ora pílulas* do *Brasil Mulher*, edição n.1, de 1975, foi defendida por Lila Figueredo “com unhas e dentes”, porque o conselho editorial apresentou severas restrições ao tema<sup>162</sup>. Já por sua vez, Iara Prado, do *Nós Mulheres*, considerava as reflexões das exiladas sobre sexualidade um insulto:

será que ‘nós mulheres’ deveríamos politizar o cotidiano? Discutir se sentíamos ou não prazer em nossas relações sexuais? Seria justo debater estas

---

<sup>161</sup> BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda*. Brasil anos 1960-1980. P. 109. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, (UFRJ), Niterói, 2007, p.109.

<sup>162</sup> Segundo Joana Lopes, esta pauta levou horas de discussão entre as mulheres do jornal. Entrevista com Joana Lopes concedida a Karen Silva Debértolis, em maio de 2001, São Paulo. In.: DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2002.

questões tão pessoais, enquanto as mulheres pobres em todo o Brasil assistiam seus filhos morrerem de fome?<sup>163</sup>

Portanto, foi de forma conflituosa que as feministas introduziram a questão da política do corpo nos ambientes públicos. Mudanças estas que influenciaram a constituição do jornal *Mulherio*, pois, como fora explicitado anteriormente, em todas suas publicações, a imagem recorrente de mulheres que escrevem livros, participam de eventos científicos, pesquisam, vão as ruas manifestar contra a violência, o machismo, criam grupos de autoajuda, enverendam-se pela política, discutem sobre seus desejos e anseios são constantes.

Esses posicionamentos demonstram que os grupos editoriais dos três jornais feministas (*Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*) selecionavam não só os temas a serem veiculados nas matérias, mas também as formas de denominar as mulheres para, a partir de então, associar a elas determinadas representações: esposa, feminista, mãe, operária, entre tantas outras.

Outra característica associada ao feminismo da década de 1980, segundo Margareth Rago (2005), é o de repensar as práticas feministas por meio do diálogo com os diversos “guetos feministas”, encontrando, assim, os inúmeros canais disponíveis dos demais movimentos que ocorriam na sociedade,

As feministas ampliaram seu raio de atuação, entrando nos sindicatos, partidos, espaços de diferentes entidades da sociedade civil e sobretudo no “movimento de mulheres”, que se articulava, desde os anos setenta, na periferia de algumas cidades, como em São Paulo, apoiado pela Igreja de esquerda e pelos grupos políticos envolvidos na luta pela redemocratização.<sup>164</sup>

Sob esse prisma, políticas públicas importantes para o campo feminino foram constantemente reivindicadas nas páginas do *Mulherio*: lutava-se por creches, por transportes urbanos, por melhores condições de vida, incluindo o aborto e a violência sexual contra as mulheres. Quando o jornal condiciona sua identidade à instituição de ensino Fundação Carlos Chagas tem como intuito a participação de suas leitoras nos

---

<sup>163</sup> Fragmento do depoimento de Iara Prado. In. Leite, Rosalina de Santa Cruz. Op. Cit., 2004.

<sup>164</sup> RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. Revista Labrys, Estudos Feministas, n.3, janeiro/julho, 2005, p.10.



eventos acadêmicos, os seminários, congressos e pesquisas sobre a situação feminina realizados em todo o país e divulgados em suas páginas.

Consideramos que a proposta discursiva presente no jornal implica, necessariamente, na construção de imagens (de si e dos outros). Baseando-nos neste ponto foi possível adentrar o universo de representações engendradas pelo periódico e verificar seus tipos construídos nas publicações do *Mulherio*.

Sobre sua importância para os estudos de gênero – embora essa categoria não fora empregada nas publicações do jornal –, utilizaremos a reflexão de Michelle Perro,

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam mudanças. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade.<sup>165</sup>

Assim, concluímos que o jornal teve a capacidade de colocar em cena a partir de sua própria maneira de ver o mundo, representações femininas constituídas por meio das ações de mulheres que agem e são autoras de suas escolhas.

---

<sup>165</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres* Op. cit., p. 15.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo, Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, Maria Paula. *A ditadura militar em tempo de transição*. In.: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

BARBOSA, R.M.; ROCHA, M.I. (Orgs.). *Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2009.

BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. São Paulo: Unicef/Brasiliense, 1992.

BASTOS, Natalia de Souza. *Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil anos 1960-1980*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, (UFRJ), Niterói, 2007.

BORGES, Adélia. *Mulherio, um jornal feminista*. In.: *Revista Comunicação & Sociedade*. Cortez Editora, Ano IV, n.8, novembro de 1982.

BORGES, Joana Vieira. *Trajетórias e leituras no Brasil e na Argentina (1960-1980)*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2013.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CALDEIRA, Jorge (et al.). *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), ECA – Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2004.

CARDOSO, Elisabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (N. E.): 264, setembro-dezembro, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes e discursos iguais: a construção do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- COSTA, Albertina de Oliveira. *Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro*. Estudos Feministas, Florianópolis 12 (N.E.): 264, setembro/dezembro, 2004.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia. *Pesquisa sobre mulher no Brasil do limbo ao gueto?* Cadernos de Pesquisa, São Paulo (54), pp.5-15, agosto de 1985.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma contribuição ímpar: os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.80, p.91-99, fevereiro de 1992.
- DALMÁS, Giovana; MÉNDEZ, Natália Pietra. *Beauvoir, Simone*. In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2002.
- FÀVERI, Marlene de. *O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart*. In: II Seminário Internacional do Tempo Presente, 2014, Florianópolis, SC. Anais do II Seminário Internacional do Tempo Presente, 2014.
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 23. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. In.: DRYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. RJ: Forens, 2005.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. *O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista*. IX Encontro da ABCP – Gênero, Democracia e Políticas Públicas. Brasília, DF, 04-07 de agosto de 2014.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1971.
- GATTI, Bernardete A. Apresentação. In.: COSTA, Albertina de Oliveira (Org.) *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GOLDERBERG, Annette. *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de ideário político*. BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n.28. Rio de Janeiro: ANPOCS, Vértice, 2º semestre de 1989.

- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. *Estudos de gênero no Brasil*. In.: MICELLI, Sérgio (orgs.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. ANPOCS, CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
- KARAWEJCZYK, Mônica. *Voto feminino*. In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- KUCINSKI, Bernardo. *A aventura alternativa: o jornalismo de oposição dos anos 70*. In: KUCINSKI. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. Estudos Feministas. Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MANINI, Daniela. *A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80*. Cadernos AEL, n.3/4. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995-1996.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma História da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- MÉNDEZ, Natália Pietra. Friedan, Betty. In.: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista nos anos setenta*. São Paulo: UNESP – Araraquara, 1990.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Feminismo e Política: dos anos 60 aos nossos dias*. Estud. Sociol., Araraquara, v.17, n.32, p107-121, 2012.
- MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 4ª edição, 1983.
- NASCIMENTO, Lilian Soares de. *A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro (1981-1988)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Londrina, 2015.
- PAULINO, Alcina; MENEGATTI, Carolina; ROSAS, Cecília; VISNADI, Marcos; SILVA, Pedro “Pepa”. *Fui lá e bati na porta*. Revista Geni: dá pra qualquer um/a. Revista

eletrônica, n.25, 17/09/2015. Disponível em <http://revistageni.org/09/fui-la-e-bati-na-porta/>

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PUGA, Vera Lúcia. *Útero e loucura: medicina e moralidade anos 1942 – 1959 – Uberlândia*. In: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Heloisa Pacheco Cardoso, Maria Clara Thomaz Machado (orgs.). Uberlândia, EDUFU, 2005.

RAGO, Margareth. *Adeus ao feminismo? Feminismos e (pós) modernidade no Brasil*. In: *Cadernos AEL*, n.3/4, vol.2, 1996.

RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global*. Revista Labrys, Estudos Feministas, n.3, janeiro/julho, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SARTI, Cynthia. A. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. Estudos Feministas, v. 2, n. 12, p. 35-50, mai-ago.2004.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil de análise histórica. Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOIHET, Rachel. *O corpo feminino como lugar de violência*. Projeto História (25), São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP, dez, 2002.

SORJ, Bila. *Estudos de Gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país*.

COSTA, Albertina de Oliveira (Org.) *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004, p.120.

STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Tradução Ana Luíza Pinheiro (et al.) – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação. Mestrado em História Social. PUC-SP, São Paulo, 2009.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres*. Dourados-MS: UFGD, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VENTURA, M. *A questão do aborto e seus aspectos jurídicos*. In.: BARBOSA, R.M.; ROCHA, M.I. (Orgs.). *Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2009.

WOITOWICZ, Karina Janz. *Páginas que resistem: A imprensa feminista na luta pelos direitos das mulheres no Brasil*. Trabalho apresentado no GT História da Mídia Alternativa, no VI Congresso Nacional de História da Mídia (UFF, Niterói/RJ).

ZERBINI, Terezinha Godoy. *Anistia: Semente da Liberdade*. São Paulo, 1979.

## RELAÇÃO DE FONTES

A Nova Cara da Constituinte. *Mulherio*. São Paulo, n.27, Reportagem, dez./fev., 1987.

BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. São Paulo: Unicef/Brasiliense, 1992.

BORGES, Adélia. *Por que Mulherio? Mulherio*, São Paulo, ano I, n. 0, março/abril 1981.

BORGES, Adélia. Nosso recado. *Mulherio*, São Paulo, p.2, mai./jun., 1981.

CASTILHO, Inês. Editorial. *Nexo*, São Paulo, jun. 1988, ano I, n.1.

CUNHA, Maria Carneiro. 8 de março passado e presente de luta. *Mulherio*, São Paulo, p.3, mar./abr., 1981. n.0.

Editorial. A nossa causa e o seu símbolo. *Maria Quitéria*. São Paulo, n.1, 1977.

Editorial. *Brasil Mulher*. Londrina, ano I, n.0, outubro de 1975.

Editorial. *Nós Mulheres*. São Paulo, n.5, junho/julho, 1977.

Editorial. Quem somos? *Nós Mulheres*. São Paulo, n.1, junho 1976.

Editorial. Vamos que vamos! Ou: voltemos que voltemos! *Mulherio*. São Paulo, n.16, maio/junho, 1984.

FRAGOSO, Helena C. A condenação de Doca/Eliane Gramont não vai cantar hoje, ela está morta. *Mulherio*. Violência. São Paulo, n.5, janeiro/fevereiro, 1982.

GONZALES, Lélia. Mulher Negra. *Mulherio*. Pesquisa, São Paulo, n.3, setembro/outubro, 1981.

LOBO, Elizabeth Souza. As mutantes da fábrica. *Mulherio*. São Paulo, n.6, março/abril, 1982.

Quem pariu Mateus que o embale. *Mulherio*. Creches, São Paulo, n.4, novembro/dezembro, 1981.

Quem somos? *Nós Mulheres*. São Paulo, n.1, junho 1976.

SALEM, Helena; ADAMENAS, Janaina; BECK, Leda. Estamos menos longe. *Mulherio*, São Paulo, n.6, março/abril, 1982.

SALGUEIRO, Beth. Uma casa aberta para as nordestinas. *Mulherio*. São Paulo, n.1, Mulheres em Ação, maio/junho, 1981.

SILVA, Carmem. Pequenos e grandes assassinatos. *Mulherio*. São Paulo, Violência, Ano I, julho/agosto, n. 2, 1982.

\*Os jornais *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1987) e *Nexo: Feminismo, Informação e Cultura* (1988) utilizados neste trabalho encontram-se disponíveis no Acervo da Biblioteca Ana Maria Poppovic – Fundação Carlos Chagas e podem ser consultados através do site [www.fcc.org.br](http://www.fcc.org.br).



Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 30 de agosto de 2016.

---

Débora de Souza Bueno Mosqueira